



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Contributo para a adaptação do protocolo de entrevista forense do NICHD ao contexto português

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Justiça e do Comportamento Desviante -

por

Sílvia Ferreira Gonçalves

sob orientação de

Doutora Raquel Matos

Doutora Catarina Ribeiro

Faculdade de Educação e Psicologia

Porto, Julho de 2013

Agradecimentos

Depois de todo este percurso académico, nesta etapa final, não poderia deixar de destacar e agradecer às pessoas que em diferentes etapas da minha vida se fizeram sentir presentes e deixaram o seu cunho em mim, permitindo a minha caminhada até esta etapa.

Antes de mais, tenho de deixar um especial agradecimento à minha orientadora, Professora Catarina Ribeiro. Muito obrigada por tudo! Pela orientação, pela paciência e sobretudo pelos ensinamentos que de diversas formas me foi transmitindo. Foi um privilégio trabalhar consigo.

Não posso deixar de agradecer aos meus colegas e professores da Universidade Católica, Centro Regional de Braga - Faculdade de Filosofia, pelo fantástico início de percurso académico que me proporcionaram. Foi um prazer partilhar aqueles tempos convosco e agradeço a todos por isso.

Tenho de agradecer especialmente à Tânia e à Mariana. Vocês foram as duas incríveis e deram-me uma forma tremenda para chegar até aqui. Sem vocês este percurso não seria a mesma coisa. É uma honra ter-vos como amigas.

À minha família,

Aos meus pais, um grande obrigado por me apoiarem ao longo de todo este percurso, apesar das dificuldades. Foi importante para mim a vossa persistência em me possibilitar a concretização deste percurso académico. À minha irmã, obrigada pela paciência, pelos abraços, por todo o carinho e apoio que sempre deste.

À minha avó, não importa a distância ou a ausência de materialização do contacto, estarás sempre presente e é por ti que persisto, também.

Ao tio Carlos, obrigado por cuidares da minha infância, por sempre teres tentado fazer de mim a melhor. Ficarei grata para contigo para toda a vida, por tudo o que já me proporcionaste.

Ao tio Tino e ao tio Jota, obrigada por nunca deixarem de estar presentes em todos os momentos da minha vida, sempre foram e serão peças fundamentais.

Aos meus padrinhos, obrigada por tudo o que me proporcionaram.

À minha prima Rita, obrigada por te preocupares e por estares presente ou fazeres sentir presente nos momentos essenciais.

Aos meus primos, André, Kika, Catarina, Diogo e Pedrocas, obrigada pelos momentos que fomos partilhando ao longo da vida. De alguma forma também me encorajaram neste percurso.

Quem tem uma família, tem tudo!

Resumo

O abuso sexual de crianças assume-se enquanto problema mundial, afetando em vários níveis a vida das crianças. Considerando que existe um significativo número de casos encobertos, relativamente a esta problemática, aqueles que conseguem a sua revelação apresentam maioritariamente como única fonte de informação e prova, a criança, o seu relato. Neste sentido, surge o Protocolo de Entrevista Forense do NICHD – National Institute of Child Health and Human Development -, com o intuito de maximizar as competências da criança a nível de relato, potenciando a capacidade de facultar informação sobre um evento abusivo.

Estando comprovada a eficácia do protocolo, entendeu-se que seria importante a sua adaptação ao contexto português, adaptação esta que já se iniciou em estudos anteriores. Desta forma, esta investigação pretende sobretudo estudar as capacidades de relato da criança, sobretudo a capacidade fornecer informação consistente sobre um determinado evento, comprovando assim as potencialidades do tipo de questões que integram o protocolo.

Como tal, para este estudo foram utilizados dois grupos de crianças, correspondendo a um grupo de 17 crianças em idade escolar, a quem foi recolhida informação sobre um determinado evento através da aplicação do protocolo; e a um grupo de 14 crianças, a quem foi realizada uma entrevista por um psicólogo “não especialista” em entrevista forense. Como tal, em última análise pretende-se estudar a capacidade de maximizar as competências da criança enquanto informante competente para a investigação de determinada problemática.

Desta forma, os resultados deste estudo comprovam que a utilização do protocolo potencia um relato mais detalhado e consistente por parte da criança, comparativamente a entrevistas realizadas sem recurso ao mesmo.

Palavras-chave: Abuso sexual, Protocolo de entrevista forense NICHD, Linguagem, Memória.

Abstract

Child sexual abuse is assumed to be a worldwide issue, having an impact on children's lives in several levels. Considering that a significant number of concealed cases exist, concerning this problematic, those who can have their disclosure present predominantly as only source of information and proof, the child, her report. Therefore emerges the Forensic Interview Protocol by the NICHD – National Institute of Child Health and Human Development – aiming to improve the child's skills in the report level, strengthening the ability of giving information about an abusive incident.

Being confirmed the protocol's efficiency, it was important to adapt it to the Portuguese context, which was already initiated by previous studies. In this way, this investigation, above all, intends to study the child's report abilities, especially the capability of providing consistent information about a specific event, verifying the potential of the type of questions that integrate the protocol.

As such, for this study two groups of children were analyzed, what corresponded to a group of 17 children in school age, from who was collected information about a particular event through the application of the protocol; and a group of 14 children, to who was made an interview with a “non-specialist” psychologist in forensic interview. As such, ultimately it was intended to study the ability of improving the child skills as a qualified informer for the investigation of a particular problematic.

In this way, the results prove that the use of protocol encourages a more detailed and consistent report by the child, in comparison with interviews that did not use it.

Key words: Sexual abuse, Forensic Interview Protocol NICHD, language, memory.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Índice de Tabelas.....	vii
Índice de Gráficos	viii
Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico.....	3
1.1. Maus tratos a crianças	3
1.1.1. Abuso sexual	4
1.2. Especificidades da abordagem forense e o testemunho da criança.....	6
1.2.1. Memória da criança.....	7
1.2.2. Sugestionabilidade e vulnerabilidade da criança	8
1.2.3. Capacidade de testemunhar da Criança	10
1.3. Entrevista Forense.....	14
2. Metodologia.....	16
2.1. Objetivos do estudo	17
2.2. Amostra	18
2.2.1. Critérios de Inclusão.....	21
2.3. Procedimentos	21
Procedimentos de recolha de dados	21
Procedimentos de tratamento de dados	22
2.4. Instrumento.....	27
3. Apresentação dos Resultados.....	29
3.1. Análise Descritiva	29
3.1.1. Resultados obtidos com o grupo de crianças entrevistada com protocolo	29
3.1.2. Resultados obtidos com o grupo de crianças entrevistada sem protocolo	33
3.1.3. Resultados do total da amostra.....	36
3.2. Estatística Inferencial	37
3.2.1. Existem diferenças a nível de detalhe no discurso da criança entre o grupo entrevistado com protocolo e o grupo entrevistado sem protocolo?	37
3.2.2. Existem diferenças a nível de detalhe no discurso da criança entre as crianças do género masculino e as crianças do género feminino?.....	38
4. Discussão dos resultados	40

5. Conclusões.....	44
Referência Bibliográficas.....	46
ANEXOS	52
Anexo A.....	53
Guião de Entrevista Forense do NICHD	53
Anexo B.....	58
Exemplo de Transcrição de Entrevista Com Protocolo	58
Anexo C	61
Exemplo de Transcrição de Entrevista Sem Protocolo.....	61

Índice de Tabelas

Tabela 1.....	17
Tabela 2.....	18
Tabela 3.....	19
Tabela 4.....	19
Tabela 5.....	20
Tabela 6	20
Tabela 7	23
Tabela 8	25
Tabela 9.....	37
Tabela 10	38

Índice de Gráficos

Gráfico 1	30
Gráfico 2	30
Gráfico 3	31
Gráfico 4	32
Gráfico 5	32
Gráfico 6	33
Gráfico 7	34
Gráfico 8	35
Gráfico 9	35
Gráfico 10	36

Introdução

Durante muito tempo, nos crimes sexuais, apenas eram relevantes e aceites as provas físicas ou biológicas desse tipo de agressão, devendo-se este facto, provavelmente, ao tipo de valoração penal atribuída na época a determinadas condutas, sendo que apenas se valorizavam as situações em que existisse de facto um contacto físico (Magalhães & Ribeiro, 2007).

A visão que temos sobre a criança, o seu desenvolvimento e suas capacidades tem sofrido inúmeras alterações ao longo da história, sendo que a própria noção de infância é um conceito que surgiu somente a partir do final do século XVII. De uma maior consideração relativamente ao período infância decorre a crescente preocupação com a proteção da criança, no Direito, pelo que tal se reflete, entre outras formas, na maior participação destas no Sistema de Justiça (Welter, Lourenço, Ullrich, Stein, & Pinho, 2010). Desta forma, a escuta da criança vítima de abuso sexual nos processos judiciais, dos quais ela se assume como parte fundamental, estabelece-se enquanto tema delicado, complexo, que demanda estudos que venham a colaborar para o seu aprimoramento (Froner & Ramires, 2008).

No que diz respeito à problemática dos casos de abuso sexual, grande parte dos casos não têm qualquer tipo de evidência que corrobore o abuso (e.g., provas físicas ou materiais) nem existem testemunhas para além da criança que é alegadamente vítima, incorrendo-se na possibilidade de todo um processo de abuso sexual se debruçar, somente, na recordação que a criança possui sobre esse alegado evento (Harris, 2011).

O aumento na incidência de maus-tratos sexuais infantis têm suscitado interesse por parte dos investigadores em desenvolver técnicas eficazes para extrair informação fidedigna e válida a partir de potenciais vítimas (Sternberg et al., 1996).

Assumindo algumas das limitações que socialmente se estabelecem quanto à capacidade da criança facultar informação, nas últimas duas décadas aperfeiçoou-se o conhecimento sobre as questões desenvolvimentais da criança, processos de memória e cognição, o que permitiu que se desenvolvessem técnicas no sentido de otimizar a entrevista a crianças vítimas de abuso sexual (Harris, 2011). Um dos esforços neste sentido resultou no desenvolvimento do NICHD - National Institute of Child Health and Human Development - desenvolvido por Kennedy Shriver Eunice, que desde a década de 90 vem a desenvolver esforços com o intuito de criar um protocolo de entrevista forense que otimize a capacidade narrativa e de recordação livre da criança (Harris, 2011). Neste sentido surge o Protocolo de Entrevista Forense desenvolvido por Lamb e seus colaboradores (2008), que se vem a impor enquanto método eficaz de recolha do testemunho da criança, uma vez que

maximiza as suas competências narrativas e potencia o relato detalhado e consistente sobre um determinado evento abusivo em estudo (Lamb *et al.*, 2008).

Reconhecendo a eficácia da implementação deste Protocolo de Entrevista Forense, surge a necessidade de o adaptar ao contexto português, atendendo a que seria uma mais valia para os nossos profissionais que lidam com crianças abusadas e que não possuem métodos ou técnicas devidamente trabalhadas para recolha do testemunho junto desta população. Tendo a validação do Protocolo ao contexto português, já sido iniciada em estudos anteriores, importa agora dar continuidade a este processo de adaptação. Como tal, ao longo deste estudo centrar-nos-emos em aspetos relacionados com a linguagem, numa abordagem mais centrada no relato da criança. Neste sentido, o objetivo geral desta investigação passa por contribuir para a adaptação do Protocolo de Entrevista Forense, a partir da versão original do *National Institute of Children Health and Human Development* (NICHD) *Investigative Interview Protocol*, para a população portuguesa, numa abordagem mais centrada em questões da linguagem, sobretudo no relato da criança.

Numa primeira parte deste trabalho é apresentado um enquadramento teórico que aborda de uma forma ampla a questão dos maus tratos, de onde é destacado o abuso sexual. Relacionado com a temática deste são exploradas as especificidades da abordagem forense perante casos de abuso sexual de menores, apresentando numa fase posterior a conceptualização do Protocolo de Entrevista Forense, que tem como finalidade a recolha de dados factuais, no decorrer do testemunho da criança, relativamente ao alegado abuso. Numa segunda parte do trabalho será abordada a metodologia de investigação, seguindo-se dos procedimentos de investigação, análise de dados e discussão. Na última etapa do estudo será apresentada uma conclusão sobre o estudo em geral, refletindo brevemente sobre os aspetos em destaque no estudo.

1. Enquadramento Teórico

1.1. Maus tratos a crianças

Os maus tratos a crianças e jovens constituem uma séria ameaça à sua saúde, bem-estar e segurança (Magalhães, 2005; Sakelliadis, Spiliopoulou, & Apapadodima, 2009; Taveira, Frazão, Dias, Matos, & Magalhães, 2009) e, não é apenas uma ocorrência trágica e cruel como se afirma, de igual forma, enquanto grave atentado aos direitos de saúde e proteção da criança (Sakelliadis et al., 2009). Estes têm consequências a vários níveis, nomeadamente no que concerne ao futuro destas crianças e jovens envolvidos (Cordeiro, 2003; Stirling & Amaya-Jackson, 2008). O sentimento de vergonha vivenciado pela própria vítima, não é um sentimento abstrato, tendo em conta que, em determinados casos, a revelação do processo de vitimação pode representar um risco de estigmatização ou de exclusão para a vítima (Magalhães, 2005), afetando significativamente o futuro das pessoas envolvidas (Cordeiro, 2003).

Os casos de abuso podem resultar da omissão ou de uma ação, podendo apresentar-se sob a forma de diferentes tipologias que, por vezes, decorrem simultaneamente, sendo possível afigurar-se sob a forma de abuso físico, abuso sexual, negligência e abuso emocional (Canha, 2002; Magalhães, 2005; Dias, Ribeiro, & Magalhães, 2010), abandono, rejeição, síndrome de Munchausen por procuração, prática de mendicidade, exploração pelo trabalho e prostituição infantil (Canha, 2002; Magalhães, 2005). Atendendo ao tipo de problemática, existem fatores culturais que justificam a tolerância por parte da sociedade relativamente a algumas formas de vitimação (Canha, 2002). De forma semelhante, comportamentos legalmente descritos como sendo comportamentos abusivos numa determinada sociedade, podem não o ser numa outra e até, por vezes, há uma acentuada diferença entre a delimitação jurídica e a delimitação psicológica de tais situações abusivas (Wiley, Bottoms, Stevenson, & Oudekerk, 2006).

Como tal, a vítima de maus tratos é, muitas vezes, a criança, muito devido ao seu grande gradiente de vulnerabilidade, à sua dependência e, também, pelo facto de ser muito indefesa, acabando por se tornar assim um alvo fácil de violência e de abuso/exploração. Embora atualmente se fale muito da criança maltratada, esta não é uma problemática recente (Canha, 2002). Temos, por exemplo, os casos de infanticídio, prática esta que seria implementada e aceite socialmente nos tempos passados, na cultura ocidental e oriental tendo-se mantido até o século XIX; ou o facto de durante muitos séculos, a criança ter sido frequentemente vítima de abandono, vendida como escrava, explorada sexualmente ou pelo trabalho e obrigada à mendicidade (Canha, 2002).

No entanto, apesar da temática da criança maltratada ter sido objeto de estudo e de publicação em 1860, por Tardieu, em França, apenas em meados do século XX viria a ser mais conhecida e divulgada na comunidade científica após a marcada conferência de Kempe em 1961, nos Estados Unidos da América, surgindo o termo *battered child* e revelando-se os principais fatores de risco, a sua fisiopatologia, as manifestações mais comuns, bem como o prognóstico e as medidas de orientação (Canha, 2002).

Em grande parte das situações, os casos de maus tratos decorrem em contexto familiar, o que dificulta e torna praticamente impossível detetar a incidência de casos de maus tratos num qualquer país (Magalhães, 2005). Tal se deve ao facto de existir uma visibilidade diminuída no contexto familiar, existindo, por vezes, uma aceitação social dos maus tratos, devendo-se ainda às dificuldades em estabelecer um diagnóstico e à falta de comunicação sistemática de suspeita ou confirmação de situações de maus tratos (Magalhães, 2005). Desta forma, algumas das estimativas sugerem-nos que o número de casos detetados corresponde simplesmente entre 30 a 35% dos casos de maus tratos existentes (Magalhães, 2005).

1.1.1. Abuso sexual

No que concerne à problemática do abuso sexual, em específico, até o final da década de 70, inícios da década de 80, os testemunhos de casos clínicos de abuso de crianças, foram sendo relativamente ignorados devido à suposição de fantasia infantil, ou menosprezados devido à presumível inabilidade infantil de testemunhar (Machado, 2002). O abuso de crianças e jovens assume diferentes representações, representações estas que dão origem à maior ou menor tolerância a tais práticas, da mesma forma que aqui se refletem as respostas das mais diversas classes sociais ao que concerne a mudanças políticas, religiosas e socioculturais, ocorridas nas sociedades ocidentais, essencialmente a partir do século XVII (Magalhães, 2010). Apenas no início da década de 80, devido a um conjunto de estudos epidemiológicos, salientaram-se números surpreendentes sobre a prevalência do abuso, levando a que este se implementasse como alvo de preocupação social (Machado, 2002).

Durante muito tempo, nos crimes sexuais, apenas eram relevantes e aceites as provas físicas ou biológicas desse tipo de agressão, devendo-se este facto, provavelmente, ao tipo de valoração penal atribuída na época, a determinadas condutas, sendo que apenas se valorizavam as situações em que existisse de facto um contacto físico (Magalhães & Ribeiro, 2007).

Em Portugal, as questões que rodeiam as situações de abuso de crianças começaram a ser debatidas em 1911, sendo que apenas a partir da década de 80 passou a ser alvo de intervenção e de interesse científico, com a realização da primeira grande reunião sobre a temática do abuso de crianças, em 1986, promovida pela Secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria. Decorreu assim, uma grande divulgação e discussão desta temática, originando um acréscimo das ações médicas, legais e assistenciais no que concerne à proteção da criança (Magalhães, 2005).

Atendendo à diversidade de representações sobre o que é o abuso, Machado (2002) optou por adotar a definição que é reconhecida no nosso Código Penal, que expõe o abuso sexual de crianças como qualquer ato sexual de relevo que é praticado com menores de 14 anos de idade. Este é um limiar legal que se prende com o facto de se considerar que, abaixo desta idade, não existe uma capacidade de autodeterminação quanto à conduta sexual, pelo que se considera que ainda que não se manifestem atos violentos ou coação da vítima, este é um ato suscetível de prejudicar o desenvolvimento da criança em questão (Carmo, 2000; cit in Machado, 2002).

Atualmente verifica-se uma evolução da sociedade no sentido de procurar uma maior e mais eficaz promoção do bem-estar e defesa das pessoas, verificando-se uma crescente sensibilização sobre estes assuntos (Cordeiro, 2003). No entanto, o abuso sexual é visto como uma epidemia, sendo as crianças um alvo francamente vulnerável, quer seja sob a forma de abuso intra ou extrafamiliar (Bolen, 2002).

Como tal, a questão relevante nos casos de abuso não é a questão do consentimento da vítima, ou a da sua coação através da força ou intimidação, mas sim a sua imaturidade desenvolvimental e a sua incapacidade de consentimento. Ou seja, quando falamos de abuso não é necessário o uso da força, da ameaça ou da coerção, sendo antes uma situação de abuso de poder, em relação à inferioridade de poder da criança, devido à sua imaturidade e incapacidade de se autodeterminar, em detrimento do poder do adulto (Machado, 2002).

Desta forma, os maus tratos tocam, de forma maioritariamente indelével, o bem-estar físico e psicológico, assim como interfere nas relações interpessoais, na vivência da sexualidade, na responsabilidade, na confiança e na gestão do poder (Cordeiro, 2003).

Com o intuito de combater esta epidemia, têm sido desenvolvidos programas para identificar, avaliar e tratar as vítimas, assim como para tratar ou punir os ofensores, sendo que estes ainda não são meios totalmente eficazes, pois não conseguem identificar, avaliar e tratar todas as vítimas, assim como não conseguem tratar ou punir todos os agressores identificados (Bolen, 2002).

1.2. Especificidades da abordagem forense e o testemunho da criança

Atendendo ao facto do abuso sexual de crianças ser, atualmente, uma grande ameaça à sua saúde, bem-estar e segurança, este é um dos problemas mais importantes entre aqueles que afetam a qualidade de vida, desenrolando consequências a vários níveis, no futuro dos envolvidos (Taveira, Frazão, Dias, Matos, & Magalhães, 2009). Tendo em conta a natureza do próprio crime, às várias dinâmicas de impacto e aos contornos da investigação judicial, a abordagem feita com vítimas de abuso sexual envolve-se numa particular complexidade (Magalhães & Ribeiro, 2007; Goodyear-Brown, Fath, & Myers, 2012). Como tal, dada esta delicadeza, a recolha de informação requer uma especial competência e sensibilidade por parte dos profissionais, para que possa de alguma forma ser conclusiva e evitar processos de vitimação secundária (Magalhães & Ribeiro, 2007).

A Psicologia Forense atribui uma importância cada vez maior no que concerne à intervenção dos psicólogos, quer seja nos tribunais, quer seja noutros contextos de intervenção para o psicólogo forense insurgindo a necessidade de incorporar processos de avaliação credíveis em vários contextos de interface entre a Psicologia e a Justiça (Gonçalves, 2010), como sendo o caso, da recolha de depoimentos prestados por crianças vítimas de abuso sexual. No decurso da investigação de um caso de abuso sexual infantil, o testemunho de uma criança sexualmente abusada, é replicado numa entrevista forense, comprovada num tribunal de justiça. A criança é vista por parte dos profissionais como o elemento potenciador da resolução destes casos (Goodyear-Brown *et al.*, 2012). Assim, o seu diagnóstico precoce é importante para que se consigam, tanto quanto possível, minorar as consequências daí adjacentes (Taveira *et al.*, 2009), afincando-se a importância da introdução de meios mais eficazes de recolha de depoimentos, para uma eficaz sinalização de casos desta problemática.

Corrobora-se ainda mais a importância de métodos eficazes e devidamente adaptados à nossa população, atendendo ao facto deste tipo de casos não demonstrar evidências físicas do abuso, demarcando-se ainda mais importante o relato recolhido junto da alegada vítima de abuso sexual (Gonçalves, 2010; Sakelliadis, Spiliopoulou, & Papadodima, 2009).

Na investigação judicial do abuso sexual de crianças, o depoimento destas assume um papel central e de grande relevo ao longo de toda a investigação (Cronch, Viljoen, & Hansen, 2006; Froner & Ramires, 2008; Peixoto, Ribeiro, & Lamb, 2011; Sakelliadis, Spiliopoulou, & Papadodima, 2009; Sternberg *et al.*, 2001), considerando que, na maioria dos casos de abuso sexual, a vítima e o alegado perpetrador são os únicos que podem facultar informação sobre o evento em questão (Peixoto, Ribeiro, & Lamb, 2011). No caso de situações de abuso, a maioria das crianças não apresentam qualquer tipo de sinais

físicos que permitam estabelecer um diagnóstico de abuso sexual (Sakelliadis *et al.*, 2009), pelo que o conteúdo do depoimento da criança não será apenas analisado no sentido de definir características do crime e dos atores que nele se envolvem, sendo também alvo de julgamento, formal e informal, quanto à credibilidade do seu testemunho (Peixoto, Ribeiro, & Lamb, 2011).

Neste sentido, o testemunho da criança nem sempre é puro, conciso e ordenado, sendo muitas vezes confuso, complicado e até ambíguo (Goodyear-Brown *et al.*, 2012). Como tal, alguns investigadores elaboraram esforços no sentido de compreender o testemunho da criança, relativamente a situações de abuso, sendo que a maioria das pesquisas centraram-se em estratégias de investigação desenvolvidas com o intuito de amplificar a qualidade da informação facultada pela criança. Contudo, a questão da credibilidade da criança é igualmente um foco de grande atenção (Hershkowitz *et al.*, 2007).

1.2.1. Memória da criança

A memória caracteriza-se como sendo uma componente fundamental da maioria dos domínios da cognição (Manning, 2005), pelo que o cérebro humano é capaz de armazenar um enorme conjunto de informação e de experiências passadas, sendo que algumas destas memórias são temporárias, ao passo que outras adquirem um carácter mais permanente, ou pelo menos, mais duradouro (Trzepacz & Baker, 2001). Contudo, a memória compreende, em si mesma, um paradoxo; pois, se por um lado constitui a base do que somos, uma vez que sem memória não existiria uma continuidade no sentido daquilo que experienciamos; por outro, a “memória é absolutamente maleável, seletiva e suscetível de mudança” (Loftus, 2008, p. 331). Como tal, não existe um sistema exclusivo, único, de memória nem tampouco um único conjunto de processos de memória, sendo que a memória representa, no fundo, um rótulo amplificado para um vasto número de processos que estabelecem a ponte entre o passado e o presente (Gleitman, Fridlund, & Reisberg, 2009).

Neste sentido, no que concerne à questão da memória das crianças, os processos de memória traumática parecem estar bastante associados com outros tipos de memória, como o caso de eventos únicos ou distintivos serem retidos de forma mais eficaz na memória do que eventos indefinidos; ou o facto de memórias de recordações traumáticas serem tão esquecidas como memórias de outros acontecimentos, podendo ainda ser considerado que, o armazenamento de memórias, aumenta de acordo com a idade, assim como a recuperação de características fundamentais sobre ele (Peixoto, Ribeiro, & Lamb, 2011). Contudo, neste caso em específico, para que consigamos compreender a recordação de memórias traumáticas, devemos também ter em atenção algumas especificidades do

abuso sexual, sejam elas a vergonha, a responsabilidade percebida, o constrangimento ou culpa, o segredo e a negação, que podem afetar a forma como a experiência de abuso sexual é depois codificada, armazenada e recordada na memória sobre esse acontecimento (Lamb *et al.*, 2008).

Um fator que pode também influenciar a recordação de certas memórias na criança é o número de vezes que acontecimentos similares ocorreram, pois quando alguns casos ocorrem de forma reiterada, os detalhes que lhes são comuns parecem ficar fortalecidos na memória, permitindo que sejam lembrados com maior eficácia (Lamb *et al.*, 2008). No entanto, incorre-se no risco de que tais lembranças sejam armazenadas num script geral e que, como consequência, apenas reflita detalhes comuns e estruturas básicas dos eventos similares ocorridos, tornando mais difícil a recordação de detalhes peculiares sobre acontecimentos únicos (Lamb *et al.*, 2008). Tal particularidade assume importância no sentido em que muitas vítimas experienciam incidentes bastante similares de abuso repetido, em espaços e contextos muito idênticos e, quando os eventos são repetidos, a intrusão de detalhes sobre diferentes eventos pode introduzir ou contaminar memórias de eventos específicos (Peixoto *et al.*, 2011).

1.2.2. Sugestionabilidade e vulnerabilidade da criança

Segundo Peixoto, Ribeiro e Lamb (2011), alguns estudos recentes sobre a sugestionabilidade focaram-se no processo de memória e no armazenamento da informação após o evento. Num estudo levado a cabo por Mulder e Vrij (1996), os autores referem que se tornou claro que as crianças são capazes de resistir a questões sugestivas, assim como possuem capacidade para facultar informação fidedigna sobre o evento. Contudo, ressaltam que existem determinados fatores capazes de influenciar a suscetibilidade à sugestão, por parte das crianças, e, por isso, colocar em questão a confiabilidade do seu testemunho (Mulder & Vrij, 1996).

Neste sentido Wiley, Bottoms, Stevenson e Oudekerk (2006) referem que a sugestionabilidade durante a realização de uma entrevista pode aumentar quando a entrevista é conduzida por um entrevistador com uma postura coerciva ou influenciadora; quando decorrem de forma fria e intimidatória; quando contém linguagem que é excessivamente complexa para a criança; quando contém questões insidiosas repetidas; quando são realizadas com um hiato de tempo muito extenso desde o momento do abuso até a sua realização; e quando incorporam questões centradas em eventos que não são centrais, nem tampouco relevantes, ou eventos que não foram vivenciados diretamente pela própria criança. Neste seguimento, foi possível perceber que o recurso a técnicas sugestivas

incorria no risco de conduzir a alegações confusas sobre o abuso sexual acabando por ser consideradas provas frágeis durante a investigação judicial, tendo realçado o impacto de acusações falsas de casos de abuso sexual (Peixoto *et al.*, 2011). No entanto, as crianças assumem, muitas vezes, a premissa e que os adultos já possuem a informação sobre o evento em questão, pelo que durante a entrevista o adulto não deve ajudar a facultar qualquer tipo de informação, possibilitando o discurso livre da criança; acrescentando que para eliminar o risco de sugestão, é importante que o entrevistador desde logo esclareça à criança essa regra de conversação, evitando assim a contaminação do relato (Mulder & Vrij, 1996).

No que diz respeito à questão da vulnerabilidade das crianças, aqui estão envolvidas a questão do impacto emocional e do enfraquecimento cognitivo. Quanto ao impacto emocional, Peixoto e Ribeiro (2010, cit in Peixoto *et al.*, 2011) referem que a consequência do abuso sexual mais observada é o distúrbio emocional, sendo que a severidade do impacto emocional é influenciada por alguns aspetos das dinâmicas psicológicas do abuso sexual, como a severidade e a duração do abuso, a idade da criança no começo do abuso, a relação existente entre a criança e o perpetrador, a existência de experiências prévias de abuso, as tentativas de revelação falhadas, a ausência de suporte social e familiar e até mesmo a vitimização secundária decorrente da investigação e do processo, ao qual muitas vezes as vítimas estão expostas.

Segundo Peixoto, Ribeiro e Lamb (2011), no que concerne ao empobrecimento cognitivo numa vítima de abuso sexual, este é um fator que pode trazer muitos desafios ao entrevistador, uma vez que, as características cognitivas da criança são fundamentais para o desenvolvimento da entrevista. Perante a complexidade, as particularidades e consequências para a criança que decorrem da dinâmica do abuso sexual, entende-se a dificuldade subjacente para a revelação do abuso (Froner & Ramires, 2008). Como tal, denota-se ainda mais importante durante a entrevista quando estamos perante uma criança com um empobrecimento cognitivo, uma vez que, o entrevistador terá de se focar em características cognitivas específicas desta criança em concreto, levando a que muitas vezes o entrevistador recorra a relatórios escolares ou relatórios de avaliação psicológica para obter informação sobre a vítima (Peixoto *et al.*, 2011). No entanto, a entrevista forense decorre com a mesma estrutura e regras para a entrevista a crianças com necessidades especiais, necessitando apenas de ser adaptadas (Peixoto *et al.*, 2011).

1.2.3. Capacidade de testemunhar da Criança

Quanto à capacidade de testemunhar, é possível obter informação viável de crianças a partir dos 4 anos de idade (Hershkowitz *et al.*, 2012; Larsson & Lamb, 2009), desde que o entrevistador dialogue e questione a criança cuidadosamente e de uma forma adequada precisando de adaptar as suas técnicas às necessidades e capacidades que a criança manifesta, em especial, em casos de crianças vítimas de abuso sexual, uma vez que estas são maioritariamente as únicas fontes de informação (Larsson & Lamb, 2009). Contudo, é normal que durante a entrevista com a criança surjam equívocos entre a criança e o entrevistador, podendo resultar em respostas incorretas por parte da criança (Mulder & Vrij, 1996), levantando muitas vezes dúvidas sobre a competência/capacidade de testemunhar da criança (Lamb *et al.*, 1997). Como tal, as particularidades desenvolvimentais da criança e as repercussões como o trauma que por vezes advém da experiência de abuso exigem competências múltiplas por parte dos profissionais que lidam com estas crianças, no sentido de recolher o seu testemunho (Froner & Ramires, 2008).

Para além da sua capacidade de testemunhar, a veracidade das crianças assume particular importância neste tipo de testemunhos, pelo que, ao contrário de uma memória falsa, onde uma pessoa realmente acredita que a sua memória é verdadeira, uma história falsa é um relato em que uma pessoa está intencionalmente a manipular a verdade (Talwar & Crossman, 2012). Portanto, quando os profissionais incorrem no erro de entrevistar as crianças da mesma forma que entrevistam um adulto, eles incorrem no risco de reproduzir equívocos e erros que poderiam ser evitados, contaminando a credibilidade das crianças e das suas declarações (Saywitz & Camparo, 1998). Alguns investigadores corroboram que a capacidade de facultar informação por parte da criança neste tipo de entrevistas é largamente ajustada pelas práticas de entrevistar do entrevistador, sendo que quando o entrevistador utiliza estratégias adequadas ao desenvolvimento da criança em questão, facultam à criança a possibilidade de se tornarem informantes competentes sobre a experiência em questão (Larsson & Lamb, 2009).

Portanto, quando as questões são formuladas com linguagem excessivamente complexa, atendendo ao desenvolvimento da criança, uma vez que as crianças tentam facultar uma resposta a todas as questões endereçadas por um adulto, podem interferir na qualidade do testemunho da criança; pelo que o perito deve esforçar-se no sentido de moldar a entrevista de acordo com o nível desenvolvimental da criança, da mesma forma que deve desenvolver uma interpretação das suas respostas de acordo com o seu desenvolvimento (Saywitz & Camparo, 1998).

1.2.3.1. A linguagem

O estudo da linguagem possui uma longa história, prolongando-se desde há milhares de anos, até a atualidade, sendo frequentemente entendido com uma investigação sobre a natureza da mente e do pensamento, tendo evoluído nas últimas décadas, contudo, existem ainda questões tradicionais que continuam a ser consideradas (Chomsky, 1986). Contudo, Chomsky (2005) refere que a faculdade da linguagem constitui um desenvolvimento revolucionário, ainda muito recente, sendo que até onde se sabe esta é biologicamente isolada em alguns aspetos vitais.

Caracterizando-a, a linguagem pressupõe cinco propriedades fundamentais, sendo elas a propriedade criativa, a propriedade estruturada, a propriedade significativa, a propriedade referencial e a propriedade interpessoal. Com isto pretende-se dizer que a linguagem é criativa, ou inovadora, no sentido em que o ser humano pode proferir e compreender frases nunca antes ouvidas (Gleitman *et al.*, 2009). É estruturada mas, só alguns dos possíveis arranjos dos elementos linguísticos são permitidos, como sendo o caso dos fonemas e das palavras, por exemplo. Neste caso, é também significativa porque cada palavra, ou combinação de palavras, representa uma ideia com um significado específico. A linguagem é também referencial porque se reporta a algo, como “coisas, cenários e acontecimentos do mundo extralinguístico” (Gleitman *et al.*, 2009, p.538) e interpessoal porque nos permite comunicar com o outro (Gleitman *et al.*, 2009).

No entanto a linguagem não se esgota nestas propriedades, uma vez que possui também componentes semânticos e motores, sendo que o conteúdo semântico compreende a capacidade da linguagem em adquirir um determinado significado e os aspetos motores, por sua vez, referem-se à articulação e agrupamento dos constituintes das palavras (fonemas), sempre de acordo com as regras gramaticais, expressões faciais e gestuais e a escrita (Trzepacz & Baker, 2001). Neste sentido, todas as línguas possuem uma organização de hierarquias de estruturas, com determinadas regras que sustentam a forma como os sons se traduzem em palavras, outras relativas à combinação de palavras em sintagmas, ou na forma como estes sintagmas se agrupam em frases (Gleitman *et al.*, 2009).

Segundo Castro (2001), o conceito de linguagem, por si só, desafia diversas definições, pelo que considera que a devemos considerar de modo operacional, ou seja, verificar de que forma esta é estudada. Como tal, entende-se que qualquer falante de uma determinada língua possui/adquire um conhecimento patente, relativo ao funcionamento dessa mesma língua, permitindo-lhe detetar violações de regras da linguagem como, por exemplo, regras sintáticas de sequência, percebendo se determinada sequência forma ou

não uma frase compreensível em português. Este conhecimento implícito¹ define-se de competência (Castro, 2001). No que concerne ao significado das palavras torna-se necessária a seguinte consideração: diferentes expressões podem efetivamente expor a mesma ideia mas adquirir significados distintos. Como tal, surge a necessidade de compreender o que ouvimos e lemos sendo que este processo é análogo ao processo da percepção visual, uma vez que na linguagem o ouvinte necessita de “determinar a estrutura profunda de determinada frase, dado o estímulo linguístico “proximal”, nomeadamente a estrutura de superfície”(Gleitman *et al.*, 2009, p. 488).

A faculdade da linguagem interfere de uma forma bastante decisiva “em cada aspeto da vida, do pensamento e da interação humana” (Chomsky, 2005, p. 30), sendo a linguagem a grande responsável pela história do ser humano, pela sua evolução cultural e pela sua diversidade, complexa e rica.

1.2.3.1.1. A aquisição, desenvolvimento e compreensão da linguagem

As crianças adquirem a linguagem sob, aparentemente, circunstâncias muito diferentes, no entanto, o desenvolvimento da linguagem surge a partir da experiência humana, ou seja, através da interação e conversação com os outros, nomeadamente os adultos cuidadores, além da intervenção genética, que capacita o ser humano de uma aptidão inata para a linguagem (Hoff, 2006). Como tal, o homem é a única espécie dotada da capacidade de combinar elementos de acordo com determinados princípios, que lhe permitem a formação de frases, advindo do tipo específico de estrutura e organização da mente humana, o ser humano é dotado da faculdade da linguagem (Coelho, Martins, Liz, & Sell, 2009). A aquisição de sons da língua materna é uma das primeiras etapas desenvolvimentais, pelo que resultados de investigações indicam que na segunda metade do primeiro ano e vida se assinala a emergência da aquisição da fonologia e da representação da estrutura fonológica da língua materna do indivíduo (Vicente, Gonzaga, & Lima, 2006).

Uma língua, em particular, cresce e amadurece ao longo de um percurso que é, em parte, intrinsecamente determinado, com modificações que refletem o uso observado, ao invés de outros "órgãos" corporais que se desenvolvem ao longo de um curso determinado por informações genéticas sob o desencadeamento e efeitos de modelagem de fatores ambientais (Chomsky, 1986). A linguagem, no seu estado inicial, é igual para todos os seres humanos, uma vez que todo o indivíduo nasce com a mesma capacidade de adquirir a

¹ Implícito uma vez que não se assume verbalizado com recurso a regras gramaticais enunciadas de forma espontânea pelo falante (Castro, 2001).

linguagem (Coelho *et al.*, 2009); contudo, dada a aquisição fonológica² numa fase inicial do processo de desenvolvimento da linguagem, prossegue-se com um refinamento do sistema fonológico, processo este que se prolonga pelos primeiros cinco anos de vida da criança (Vicente *et al.*, 2006)

O processo de reconhecimento de palavras que ouvimos, de recuperação e informação associada a essas mesmas palavras a partir de um código de sons, é um processo que envolve uma complexa rede de mecanismos neurocognitivos (Vicente *et al.*, 2006). A faculdade da linguagem vai sofrendo alterações de acordo com os estímulos externos a que o sujeito vai confrontando no seu meio envolvente (Coelho *et al.*, 2009). No entanto, o processo de reconhecimento de palavras proferidas é perspectivado enquanto processo de emparelhamento entre a informação sensorial que é extraída do sinal acústico e as representações das palavras arquivadas no léxico mental auditivo; sendo que a organização estrutural de palavras arquivadas, é extremamente importante no processo de reconhecimento (Vicente *et al.*, 2006).

Para tal, qualquer criança, num contexto normal, aprende a falar, pelo que este facto reflete as capacidades inatas do ser humano que tornam a aquisição da linguagem possível, inevitável e um outro facto é a sua variabilidade. Ou seja, em cada ponto do desenvolvimento, as crianças diferem no tamanho de vocabulário que dominam, na complexidade das estruturas que produzem e na habilidade com que comunicam (Hoff, 2006).

Hershkowitz e colaboradores (2012) ressaltam que as crianças a partir dos 3 anos de idade não se distinguem enquanto falantes egocêntricos, pelo que apresentam os requisitos cognitivos, assim como verbais e capacidades comunicativas necessários, tanto quanto a capacidade de atenção, que lhes permite interagir enquanto interlocutores numa conversa com adultos. No entanto, devido a toda a complexidade do processo de aprendizagem da linguagem, é de esperar que as crianças cometam alguns erros ou desvios articulatórios, na articulação de fonemas que compõem as palavras da sua língua materna (Vicente *et al.*, 2006). Contudo, as crianças pré-escolares já estão dotadas de expectativas comunicacionais, de capacidade de compreensão e de processamento dos pedidos que lhes são endereçados, dotando-os da capacidade de facultar informação relevante perante pedidos específicos (Hershkowitz *et al.*, 2012). A capacidade de articulação desenvolve-se com alguma prontidão, pelo que uma criança com cinco anos de idade já é capaz de articular corretamente a maioria das palavras, sendo capazes de dominar igualmente a articulação de sons e a sua combinação (Vicente *et al.*, 2006).

² Situa-se entre o aparecimento da primeira palavra e a constituição de um léxico de cinquenta entradas, aproximadamente (Vicente *et al.*, 2006).

É importante ter em atenção a seguinte consideração que Mulder e Vrij (1996) atentam no seu estudo levado a cabo; é preciso compreender que as crianças estão acostumadas a regras de conversação na escola, em interação com os seus professores, e em casa, em interação com os seus pais. E, embora existam diferenças entre ambos os contextos, existe uma similaridade bastante importante que se afina no suporte que os adultos desempenham um papel de apoio na conversa, pelo que a criança conta que de parte do adulto, no decorrer de uma conversa obterá apoio e ajuda (Mulder & Vrij, 1996).

1.3. Entrevista Forense

O impacto de alguns casos bastante mediáticos nos Estados Unidos da América (Peixoto, Ribeiro, & Lamb, 2011; Sternberg *et al.*, 2001), assim como o aumento de casos de crianças vítimas de abuso sexual (Lamb, Sternberg, Esplin, Hershkowitz, & Orbach, 1997; Sternberg *et al.*, 1996) colocaram o foco nas técnicas utilizadas para se fazer uma entrevista e para julgar suspeitos de vítimas jovens de abuso sexual, passando a existir um grande foco na pesquisa da psicologia, a respeito das técnicas de entrevistar (Lamb *et al.*, 1997; Peixoto, Ribeiro, & Lamb, 2011; Sternberg *et al.*, 1996; Sternberg *et al.*, 2001). Neste sentido, o desenvolvimento de guidelines de entrevista acabaram por facilitar grandes avanços na forma como as crianças eram entrevistadas (Peixoto *et al.*, 2011; Sternberg *et al.*, 2001). Desta forma, afina-se ser de grande responsabilidade, a necessidade de se introduzirem processos de avaliação mais adequados e credíveis em muitos contextos onde se cruzam a Psicologia e a Justiça (Gonçalves, 2010).

O desenvolvimento do *National Institute of Children Health and Human Development* (NICHD) *Investigative Interview Protocol*, enquanto marco importante, desenvolve este protocolo com base em pesquisas sobre o desenvolvimento da criança e técnicas de entrevista, afincando-se como uma ferramenta flexível e útil que minimiza as interações sugestivas entre a criança e o entrevistador, maximizando ainda a informação obtida através da entrevista (Lamb *et al.*, 2008; Orbach *et al.*, 2000).

O principal objetivo das entrevistas forenses é facilitar a recolha de informação sobre eventos específicos, tornando a forma como os indivíduos codificam, armazenam e recordam as memórias, assim como os mecanismos que afetam a recuperação, questões importantes para os investigadores (Peixoto *et al.*, 2011).

O protocolo NICHD abrange todas as fases da entrevista investigativa (Lamb *et al.*, 2007; Lamb *et al.*, 2008; Peixoto *et al.*, 2011), afincando-se como um protocolo totalmente estruturado cobrindo todas as fases de uma entrevista de investigação sendo que, numa fase introdutória, os entrevistadores apresentam-se clarificando os aspetos a trabalhar às

crianças, explicando também as regras gerais e as expectativas (Peixoto *et al.*, 2011). Na fase preliminar da entrevista, que engloba o setting, o contexto e o desenvolvimento do discurso, o objetivo passa por criar um contexto que otimize a concentração da criança, a comunicação, a motivação, a relação e a regulação emocional, da mesma forma que pretende desenvolver o discurso suficiente para promover uma participação completa e honesta (Saywitz & Camparo, 1998). Nesta primeira fase, o protocolo permite ainda um ambiente de suporte à criança, possibilitando espaço ao entrevistador para se apresentar como tal e explicar a sua função, garantindo que o espaço está livre de distrações como brinquedos, barulho, para poder estabelecer relação com a criança (Orbach *et al.*, 2000).

A fase de construção da relação passa pela criação de um espaço relaxante e securizante para a criança, sendo, posteriormente, a criança solicitada a fazer uma descrição de eventos pessoais neutros, relativamente recentes e em detalhe, a fim de que se estabeleça um bom relacionamento entre a criança e o entrevistador (Peixoto *et al.*, 2011). Segundo Machado (2002), é favorável a existência de um momento inicial, na entrevista, dedicado exclusivamente à criação de um relacionamento com a criança. Aqui, para além da construção da relação entre o entrevistador e a criança, o objetivo é tentar proporcionar à criança uma tarefa semelhante à que terá que desenvolver na fase substantiva do protocolo, entendendo-se esta parte como um treino para as crianças facultarem informações de memória episódica (Orbach *et al.*, 2000). Numa fase transitória da entrevista, são iniciadas algumas solicitações não sugestivas para identificar os eventos a serem investigados e, quando a alegação é feita, a fase da recordação livre é iniciada (Peixoto *et al.*, 2011). Assim que é terminada e completa a descrição, os entrevistadores são capazes de perceber se o evento ocorreu uma ou mais vezes para, de seguida, obter informação respeitante ao incidente (Peixoto *et al.*, 2011). Apenas depois do questionamento aberto estar exaustivo, os entrevistadores poder-se-ão recorrer de questões mais diretivas e, se continuarem a faltar detalhes importantes no fim da entrevista, o entrevistador poderá utilizar questões de opção (Peixoto *et al.*, 2011). Como tal, Machado (2002) sugere que o entrevistador parta de questões mais gerais para questões cada vez mais específicas.

2. Metodologia

O presente estudo enquadra-se num conjunto de estudos realizados, para proceder à adaptação do protocolo de entrevista forense do NICHHD. A adaptação do Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD encontra-se numa fase final, tendo já cumprido as etapas de tradução e de estudo dessa mesma tradução, com o intuito de manter a fiabilidade da aplicação do Protocolo – já incontestável – na aplicação à população portuguesa.

Considerando que a adaptação do protocolo de Entrevista Forense do NICHHD ao contexto português engloba todo um conjunto de investigação já iniciado, ao qual, o presente estudo dá continuidade, surge a necessidade de se estabelecer um paralelo entre as práticas metodológicas anteriormente utilizadas para a elaboração dos estudos relativos ao Protocolo de Entrevista Forense e as metodologias de análise no presente estudo.

Para garantir a concretização dos objetivos desenhados para estudo recorreu-se à metodologia de Análise Quantitativa, devido à sua conceção dedutiva, uma vez que nos permite demonstrar deduções implícitas da teoria, através da replicação de parte dos estudos de base, elaborados pelos investigadores da versão original do protocolo. Desta forma, através da análise quantitativa recorreu-se à estatística descritiva, permitindo assim uma descrição da amostra, assim como permite elaborar uma análise das frequências quanto à quantidade de informação e detalhe facultada pelas crianças no decorrer no seu discurso sobre determinado evento.

Tendo como método de base, o método quantitativo, a estatística descritiva, englobando medidas de tendência central e de dispersão, permite descrever todo um conjunto de dados recolhidos, de forma bastante sucinta e eficazmente (Martins, 2011). Deste estudo fazem parte dois grupos distintos, não pelas características dos participantes mas pelas características da entrevista. Como tal, um dos grupos do estudo foi entrevistado por um psicólogo com formação específica no Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD. Já outro grupo compreende um conjunto de crianças que foram igualmente entrevistadas por um psicólogo, mas desta vez trata-se de um psicólogo sem formação no Protocolo de Entrevista Forense, pelo que não foi aplicado o Protocolo.

O estudo é descritivo, com um desenho *ex post facto* (não-experimental) uma vez que o estudo contempla essencialmente uma análise de frequências de aspetos relacionados com a linguagem, como o tipo de questão, o tipo de declaração e a quantidade de detalhe no discurso da criança, como tal, estamos na presença de um estudo transversal.

De seguida serão apresentados os objetivos do estudo, os seus participantes e critérios de inclusão, os procedimentos quer de recolha quer de tratamento de dados e o instrumento.

2.1. Objetivos do estudo

Tal como já foi referido anteriormente, o nosso estudo está enquadrado no âmbito de um projeto de investigação mais alargado e que se iniciou em estudos anteriores, com o intuito de realizar a adaptação do Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD, à população portuguesa.

O objetivo deste estudo passa por dar continuidade à adaptação do Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD, à população portuguesa, atendendo a uma abordagem mais centrada em questões da linguagem, mais centrada no relato da criança.

Como tal, em termos de objetivos específicos, estes emergem para a necessidade de compreender se existem diferenças entre a aplicação do Protocolo de Entrevista e a condução de uma entrevista sem recurso ao Protocolo, a nível do relato da criança, mais centrada numa análise do detalhe facultado ao longo do discurso da criança; compreender se a nível da variável género existem diferenças a nível da capacidade de relato (quantidade de detalhe no relato sobre determinado evento), compreender a diferença entre o tipo de questões aquando da realização de entrevistas com protocolo e sem protocolo; compreender se existem diferenças entre o tipo de declarações da criança com a aplicação do protocolo e sem a aplicação do protocolo.

Perante estes objetivos de estudo estabeleceram-se hipóteses de estudo, as quais se representam na tabela que se segue (Tabela 1).

Tabela 1. Questões de investigação, Hipótese de investigação, Hipótese nula e Hipótese alternativa

Questão de investigação	Hipótese de investigação	Hipótese nula	Hipótese alternativa
		Não há diferenças	Há diferenças
Existem diferenças a nível de detalhe no discurso da criança entre as crianças entrevistadas com o protocolo e as crianças entrevistadas sem protocolo?	A aplicação do protocolo difere da sua não aplicação, a nível de detalhe no discurso da criança.	Entre a aplicação do protocolo ou a sua não aplicação, em termos de detalhe no discurso da criança.	Entre a aplicação do protocolo e a sua não aplicação, em termos de detalhe no discurso da criança.

Existem diferenças a nível de detalhe no discurso da criança entre as crianças do género masculino e as crianças do género feminino?	O género masculino difere do género feminino em termos de detalhe no seu discurso.	Entre o género masculino e o género feminino, em termos de detalhe no discurso da criança.	Entre o género masculino e a género feminino, em termos de detalhe no discurso da criança.
--	--	--	--

2.2. Amostra

A população do nosso estudo são as crianças que frequentam o terceiro ano de escolaridade, de duas escolas diferentes, sem quaisquer problemas a nível desenvolvimental. A nossa amostra contempla as crianças das quais foi obtido consentimento para participarem no nosso estudo.

O método de amostragem selecionado para a realização deste estudo foi o de amostragem não-aleatória por conveniência (Maroco, 2007), revelando ser um método adequado, uma vez que a finalidade da investigação não depende da probabilidade, mas sim das suas próprias características. Constituída por um total de 31 crianças, a amostra do estudo divide-se em dois grupos distintos, sendo que a amostra foi recolhida entre Maio e Junho do presente ano. Todas as crianças que compõem a amostra, frequentam o 3o ano de escolaridade do ensino básico e nenhuma manifesta dificuldades em termos de desenvolvimento.

Desta amostra fazem parte 13 crianças do sexo feminino e 18 crianças do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 8 e 9 anos de idade, adquirindo uma média de idades situada em 8,35 anos, com um desvio padrão 0,486. Na tabela que se apresenta de seguida, é possível observar a caracterização da amostra total (crianças do grupo com protocolo e do grupo sem protocolo).

Tabela 2. Distribuição das características da amostra do estudo no total

Características		Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Idade	8 anos	20	64,5%
	9 anos	11	35,5%

Total		31	100%
Género	Feminino	13	41,9%
	Masculino	18	58,1%
Total		31	100%

Grupo Com Protocolo

Como tal, o grupo de crianças que foi entrevistado com o protocolo de entrevista forense que contempla a amostra, é composta por 17 crianças do ensino básico, com idades compreendidas entre os 8 e os 9 anos, representando uma média de idades situada nos 8,18 e um desvio padrão correspondente a 0,393 (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição dos participantes por idades, relativamente ao grupo entrevistado com protocolo

Idade	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
8 anos	14	82,4%
9 anos	3	17,6%
Total	17	100%

No que respeita à variável género, 35,3% das crianças deste estudo são do sexo feminino, sendo que os restantes 64,7% dizem respeito aos participantes do sexo masculino (Tabela 4).

Tabela 4. Distribuição dos participantes por género, relativamente ao grupo entrevistado com recurso ao protocolo

Género	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Feminino	6	35,3%
Masculino	11	64,7%
Total	17	100%

Grupo sem protocolo

No que respeita ao grupo com compõe a amostra de crianças entrevistadas sem recurso ao protocolo, integra 14 crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 9 anos de idade. Tratando-se de uma amostra homogénea, tal como o grupo de crianças entrevistadas com protocolo, as crianças que integram este grupo possuem idades compreendidas entre os 8 e os 9 anos de idade adquirindo uma média de idades situada nos 8,57 anos, com um desvio padrão de 0,514. Na tabela abaixo apresentada (Tabela 5) é possível analisar a frequência absoluta e a frequência relativa da distribuição dos participantes por idades.

Tabela 5. Distribuição dos participantes por idades

Idade	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
8	6	42,9%
9	8	57,1%
Total	14	100%

No que diz respeito à característica do género, relativamente a este grupo da amostra, a tabela abaixo representada (Tabela 6), apresenta os resultados relativamente à distribuição do género, no grupo sem protocolo, do estudo.

Tabela 6. Distribuição dos participantes por género

Género	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Feminino	7	50%
Masculino	7	50%
Total	14	100%

Os restantes dados, que não se circunscrevam a características sociodemográficas, serão apresentados no ponto relativo aos resultados, enquadrados numa análise descritiva. Como tal, estes dados apresentados anteriormente compreendem uma função de caracterização da amostra.

2.2.1. Critérios de Inclusão

Para este estudo foram selecionadas duas escolas, por conveniência, tendo sido selecionado um ano escolar – 3º ano de escolaridade – para recolha de dados. A seleção deste grupo especificamente prende-se com o facto de dar continuidade a um conjunto de estudos que estão a ser realizados com crianças de diferentes idades e em diferentes condições, no âmbito da adaptação do Protocolo ao contexto português. Após a recolha de consentimentos informados, integraram a amostra as crianças sob as quais foi dada autorização para integrar este estudo. Assim, os critérios de inclusão passavam por ter idades compreendidas entre os 8 e os 9 anos, pertencer ao terceiro ano das escolas selecionadas e obter o consentimento para participação no estudo.

2.3. Procedimentos

Procedimentos de recolha de dados

Os dados que servem como base para a concretização deste estudo foram recolhidos em dois momentos distintos, atendendo às características da amostra, uma vez que a amostra do estudo está dividida em dois grupos.

Tendo em conta que a recolha feita não se trata de uma avaliação psicológica mas sim de uma entrevista para recolha de dados factuais, através de uma população não clínica, foram efetuados contactos com uma escola no Porto, com o intuito de fazer a aplicação de parte do protocolo de entrevista forense a crianças de duas turmas. Como tal, após o consentimento dos membros da direção da escola, foram elaborados e entregues, consentimentos informados aos encarregados de educação das crianças de duas turmas do terceiro ano desse mesmo estabelecimento de ensino.

Depois de obtido o consentimento informado por parte dos responsáveis de cada participante, os investigadores dirigiram-se à escola, para proceder à aplicação do Protocolo. Assim, a direção da escola disponibilizou um espaço para a realização das entrevistas. Os professores foram informados de que deveriam deixar participar, somente as crianças para as quais houve consentimento, um de cada vez.

Atendendo às características da amostra do estudo, tratando-se de crianças sem história de vivências abusivas, apenas foi aplicada a parte pré-substantiva do protocolo. Contudo, segundo levado a cabo por Sternberg e colaboradores (1997), a prática da narrativa numa fase inicial demonstra levar a respostas mais longas numa fase posterior da entrevista, sendo a parte pré-substantiva, preditora da parte substantiva da entrevista. O evento neutro escolhido para ser explorado enquanto evento de estudo foi o último aniversário das crianças, sendo dada a indicação de que deveriam contar tudo sobre o seu último aniversário. Para possibilitar uma posterior análise dos dados, as entrevistas foram gravadas, tendo os participantes sido informados que de as entrevistas estariam a ser gravadas.

Num dos grupos da amostra as entrevistas foram realizadas por uma psicóloga com formação na aplicação do protocolo de entrevista forense do NICHD, o outro grupo foi entrevistado por um psicólogo sem formação na aplicação do protocolo, portanto, não recorreu às guidelines do protocolo de entrevista forense.

Os dados obtidos das recolhas permitem estudar a potencialidade do Protocolo de Entrevista Forense em facilitar a recolha do testemunho da criança, disponibilizando um relato consistente e informativo sobre um determinado acontecimento.

Para efeitos de tratamento dos dados, foram utilizadas categorias pré-estabelecidas, para caracterizar o tipo de questões utilizadas pelo entrevistador, da mesma forma que se consideraram as categorias pré estabelecidas para caracterizar o tipo de declaração prestada pela criança. Como tal, foram utilizados os estudos de Lamb e colaboradores (1996), onde apresentam categorias estabelecidas pelos autores para categorizar o tipo de questão elaborada pelo entrevistador e o tipo de resposta prestada pela criança. No que se refere aos detalhes do discurso da criança, foi tido em conta o estudo desenvolvido por Yuille (1984) para atender aos detalhes do discurso da criança no presente estudo.

Os dados foram recolhidos numa escola por um psicólogo sem treino em entrevista forense.

Procedimentos de tratamento de dados

Após a recolha do material empírico recolhido, através das entrevistas realizadas, foi integralmente transcrito para *word*. Como tal, os registos das entrevistas gravadas em formato áudio foram transcritas na íntegra pelas autoras do estudo, falantes nativas do idioma utilizado na entrevista, e cuidadosamente verificadas para assegurar a sua exatidão e integridade, tal como se sucedeu em estudos anteriores (Lamb *et al.*, 2008). De seguida, com o intuito de cumprir os objetivos delimitados no decorrer da investigação e que orientam

a investigação, e por analogia à metodologia utilizada em estudos efetuados com o protocolo original, recorreu-se à metodologia quantitativa, impondo-se como a mais adequada. Como tal, para a sua concretização, recorreu-se ao programa informático *IBM SPSS*, versão 21.

O tratamento dos dados compreenderá duas fases, uma vez que se recorrerá à estatística descritiva para fazer maioritariamente uma análise de frequências, sendo que numa fase posterior se recorrerá à estatística inferencial para testar hipóteses e correlacionar variáveis. Segundo Almeida e Freire (2008), o recuso à estatística descritiva permitirá inventariar as características dos grupos, assim como permitirá inventariar os valores que determinada variável pode assumir, no sentido de identificar variáveis, inventariar factos e descrever um fenómeno, que neste caso será a potencialidade de uso do Protocolo de Entrevista Forense enquanto método com maior eficácia a nível de recolha de testemunho, potenciando o detalhe no discurso da criança.

Com a finalidade de concretizar a análise dos dados recolhidos através das entrevistas, toda a informação foi codificada, sendo descrita na base de dados, no programa de análise estatística, utilizado para o pretendido efeito.

Como tal, para a codificação das tipologias das interações durante as entrevistas – tipo de questões e tipo de respostas – foi utilizado o sistema de categorias para as questões e para as respostas pré-estabelecido no estudo levado a cabo por Lamb e colaboradores, como referido no ponto anterior deste estudo (Lamb *et al.*, 2008). Vários estudos adotaram esta mesma categorização pré-estabelecida que será apresentada na tabela que se segue (Tabela 7).

Tabela 7. Categorização das perguntas da entrevista (Lamb *et al.*, 2008)

Tipo de Questão	Definição	Exemplo
(1)Comentários Introdutórios	Dizem respeito à apresentação do entrevistador à criança	“O meu trabalho é falar com crianças sobre coisas que lhes aconteceram”
(2) Não Substantivas	Não estão relacionadas com o tema geral da questão	“Estás com sede?”
(3) Âncoras	São afirmações, geralmente perguntas, que introduzem a referência a eventos (e.g.,	“Será que isso aconteceu antes ou depois das férias

	aniversário, feriado), para ajudar a	escolares?”
	especificar o momento em que o	
	alegado evento ocorreu	
(4) Facilitadores	Incluem declarações como “OK”,	“OK”
	reformulações e as palavras não	
	são sugestivas de incentivo,	
	procurando que a criança se	
	mantenha a falar informadamente.	
(5) Referências emocionais positivas	Referência a um estado emocional	“Pareces contente!”
	positivo. Referência a um estado	
	emocional positivo, no momento do	
	incidente, não é englobado nesta	
	categoria.	
(6) Referências emocionais negativas	Referência a um estado emocional	
	negativo. Referência a um estado	
	emocional negativo, no momento	
	do incidente, não é englobado	
	nesta categoria.	
(7) Questões Abertas	São perguntas ou declarações que	“Conta-me tudo sobre
	permitem a obtenção de respostas	isso”
	de recordação livre, por parte da	
	criança. Tais declarações não	
	delimitam o foco da criança.	
(8) Diretas	Dirigir a atenção da criança em	“Qual era a cor da
	detalhes/aspectos do alegado	camisola?”, depois da
	evento mencionado pela criança.	camisola ter sido
	Muitas vezes são feitas questões	referida anteriormente
	que solicitam informações	
	adicionais sobre algum aspeto do	
	evento em estudo	
(9) Orientadas	Focam a atenção da criança em	Questões “Sim/Não”;
	detalhes do relato que a criança	Escolha forçada:
	não mencionou anteriormente. Não	“Estava dentro ou fora
	é esperada uma resposta em	das calças?”
	particular.	
(10) Sugestivas	Formuladas de forma a	“Ele forçou-te a fazer

proporcionar a resposta esperada ou assume detalhes que não foram revelados pela criança.	isso, não foi?"; Criança: "Nós colocamo-nos no sofá" Entrevistador: "Ele colocou-te no sofá ou tu colocaste-te sobre ele?"
---	--

No caso de o diálogo incluir duas ou mais verbalizações ou perguntas com possibilidade de serem codificadas de forma diferente, o estudo que deram origem a este sistema de categorias dão a instrução de utilizar a categoria mais elevada, definida pelo código mais alto (Lamb *et al.*, 2008). Ou seja, se uma questão aberta (7) foi igualmente sugestiva (10), atribui-se a categoria sugestiva.

As informações reportadas pela criança foram traduzidas em números de detalhes, detalhes estes que correspondem a palavras ou frases informativas ou descrições de indivíduos, objetos e/ou eventos que fazem parte do evento em estudo (Lamb *et al.*, 1996). Da mesma forma que foi estabelecido um sistema de categorias para o tipo de questões, no estudo levado a cabo por Lamb e seus colaboradores, foi estabelecido um sistema de categorias para as declarações prestadas pela criança no decorrer da entrevista (Lamb *et al.*, 2008).

Desta forma, a tabela que se segue (Tabela 8), apresenta o sistema de categorias do tipo de declarações prestadas pela criança, no decorrer da entrevista forense.

Tabela 8. Categorização da tipologia de declarações prestadas pela criança

Categoria – Tipo de Declaração	Definição
<i>Responsiva</i>	Resposta relacionada com o tema específico (aspectos ou detalhes da acusação) sugeridas pelo entrevistador na questão anterior.
<i>Não responsiva</i>	Declarações que não respondem à questão anteriormente formulada pelo entrevistador, embora relacionada com o tema geral da entrevista.

<i>Divagação</i>	Declarações que não se relacionam com o tema geral da entrevista.
<i>Pedido de esclarecimento/Correção</i>	Quando a criança pede esclarecimento sobre o que lhe foi questionado ou quando corrige o entrevistador.
<i>Pouco clara</i>	Declaração pouco clara, não respondendo exatamente ao que lhe foi questionado.

No que concerne ao detalhe no discurso da criança, à semelhança do estudo levado a cabo por Yuille e Cutshall (1986), estudo onde desenvolvem técnica para quantificar os dados fornecidos pela criança, detalhes estes que envolvem a identificação de indivíduos ou objetos, descrição de eventos ou ações relevantes, sendo que os pormenores são contabilizados quando se aglomeram à compreensão do incidente em estudo e a sua divulgação (Lamb *et al.*, 2008).

Assim sendo, ao longo deste estudo foram replicadas metodologias e técnicas anteriormente desenvolvidas nos estudos piloto, sobre o mesmo objeto de estudo, tendo funcionado como auxílio para a concretização desta investigação, possibilitando uma eficaz compreensão e análise dos dados recolhidos através da amostra do estudo.

Tal como se sucedeu em estudos semelhantes, anteriormente elaborados pelos autores da versão original do protocolo, recorreu-se à estatística descritiva, que permitiu obter resultados relativos ao género e idade dos participantes, mais numa análise de características sociodemográficas dos participantes, apresentadas anteriormente (ver 2.2. *Amostra*). Relativamente às variáveis que não se circunscrevem às características sociodemográficas, serão apresentados no ponto 3 *apresentação dos Resultados*. Como tal, variáveis como o tipo de questão utilizada pelo entrevistador e o tipo de declaração prestada pela criança, ainda no domínio da estatística descritiva, será possível estudar as variáveis a nível de frequência. A análise destes dados será, sumariamente, efetuada através de medidas descritivas de medida central – média – e medidas descritivas de dispersão – frequências e desvio padrão.

2.4. Instrumento

Para concretizar parte da recolha de dados, parte das entrevistas foram operacionalizadas através do Protocolo de Entrevista Forense do NICHD, através da aplicação da sua fase pré-substantiva, uma vez que não estamos a lidar com população clínica, portanto, são crianças que à partida não sofreram qualquer tipo de situação abusiva. O instrumento a ser utilizado ao longo deste estudo empírico será um guião de entrevista estruturado. Os autores do NICHD Interview Investigative Protocol, Michael Lamb e colaboradores (2008), desenvolveram este procedimento de entrevista estruturada desenhada para transcrever recomendações dentro das guidelines operacionais dos profissionais.

Este protocolo, que já foi traduzido para uma versão portuguesa, numa fase inicial da adaptação do protocolo ao contexto português, sendo este protocolo composto por duas fases – fase pré-substantiva e fase substantiva – com vários momentos (Lamb *et al.*, 2008). Para efeitos deste estudo e atendendo às características da amostra, uma vez que não compreende crianças vítimas de abuso, foi apenas aplicada a parte pré-substantiva da entrevista. Como tal, o protocolo inicialmente compreende uma fase pré-substantiva onde num primeiro momento o entrevistador tem espaço para se apresentar e para explicar qual é o seu papel, o seu trabalho, tendo igualmente a oportunidade de clarificar a criança quanto à necessidade da sua colaboração e explica todas as regras e expectativas envolventes naquele processo (Lamb *et al.*, 2008). O entrevistador, neste momento, tem também espaço para explicar à criança que pode admitir falhas de informação ou de compreensão sobre o que lhe é questionado, sendo informada de que deve também corrigir o entrevistador sempre que necessário (Lamb *et al.*, 2008).

O momento que se segue é o momento do treino da narrativa, onde a criança é levada a ter consciência da quantidade de pormenor que é esperado por parte do seu depoimento, sendo ao mesmo tempo treinada a prestar respostas descritivas de uma forma espontânea, assim como a elaborar as suas narrativas sobre os eventos vividos; sendo que neste treino deverá ser propagada a qualidade de informação sobre os eventos específicos e tal é resoluto no Protocolo através do encorajamento da criança a elaborar questões abordadas na fase da construção da relação (Lamb *et al.*, 2008). Esta entrevista é também composta pelo momento do treino da recordação livre, em que quando uma alegação é feita, a fase da recordação livre inicia-se com o primeiro convite substantivo, para que a criança conte tudo o que aconteceu, sendo que de seguida o entrevistador pede para que a criança conte o que aconteceu depois ou para explorar mais o que acabou de contar, suscitando sempre a recordação espontânea do alegado acontecimento (Lamb *et al.*, 2008).

Este é um instrumento com mais de 20 anos de aplicabilidade nos Estados Unidos da América e com alta eficácia, no que concerne à recolha de um bom testemunho por parte da criança (Lamb *et al.*, 2008), pelo que a sua adaptação ao contexto português será uma mais valia.

3. Apresentação dos Resultados

A apresentação dos resultados contempla uma breve exposição dos dados obtidos, seguindo-se o seu tratamento. O material empírico recolhido através das entrevistas realizadas, foi submetido a procedimentos de tratamento de dados anteriormente expostos, sendo que desse tratamento resultou a resposta aos objetivos anteriormente delimitados.

Destacando as *variáveis* enquanto objeto do estudo, estas adquirem uma organização enquanto *variáveis dependentes* e *variáveis independentes*, assumindo dados relativos essencialmente à criança mas também sobre as questões formuladas pelo investigador. Desta forma, as *variáveis dependentes* dizem respeito ao tipo de questão utilizada pelo investigador, o tipo de declaração prestada pela criança, assim como a quantidade de detalhe facultado pela criança, no decorrer da entrevista. Já as *variáveis independentes* contemplam a idade cronológica, o género e a variável utilização do protocolo.

3.1. Análise Descritiva

No decorrer do tratamento de dados, recorrendo à estatística descritiva, serão especificamente utilizadas medidas de tendência central como a moda, a média e a mediana, e de dispersão como as frequências, para o tratamento de dados. No caso das variáveis dependentes como o *Tipo de Questão* utilizada pelo entrevistador, que assumem categorias como *Comentários Introdutórios*, *Questões Não-Substantivas*, *Âncoras*, *Facilitadores*, *Referência Emocionais Positivas*, *Referências Emocionais Negativas*, *Questões Abertas*, *Questões Diretas*, *Questões Orientadas* e *Questões Sugestivas*; o *Tipo de Declaração* com as categorias *Responsiva*, *Não Responsiva*, *Divagação*, *Pedido de Esclarecimento/Correção*, *Pouco Clara*; e quanto à *Quantidade de Detalhe* verifica-se uma distribuição em termos de frequência, recorrendo, por vezes, a medidas de tendência central como a média e o desvio padrão, para melhor caracterizar as variáveis.

3.1.1. Resultados obtidos com o grupo de crianças entrevistada com protocolo

O gráfico de barras que se apresenta de seguida representa a descrição das frequências relativamente ao tipo de questão utilizada nas entrevistas com recurso ao protocolo de entrevista forense do NICHD - frequência absoluta.

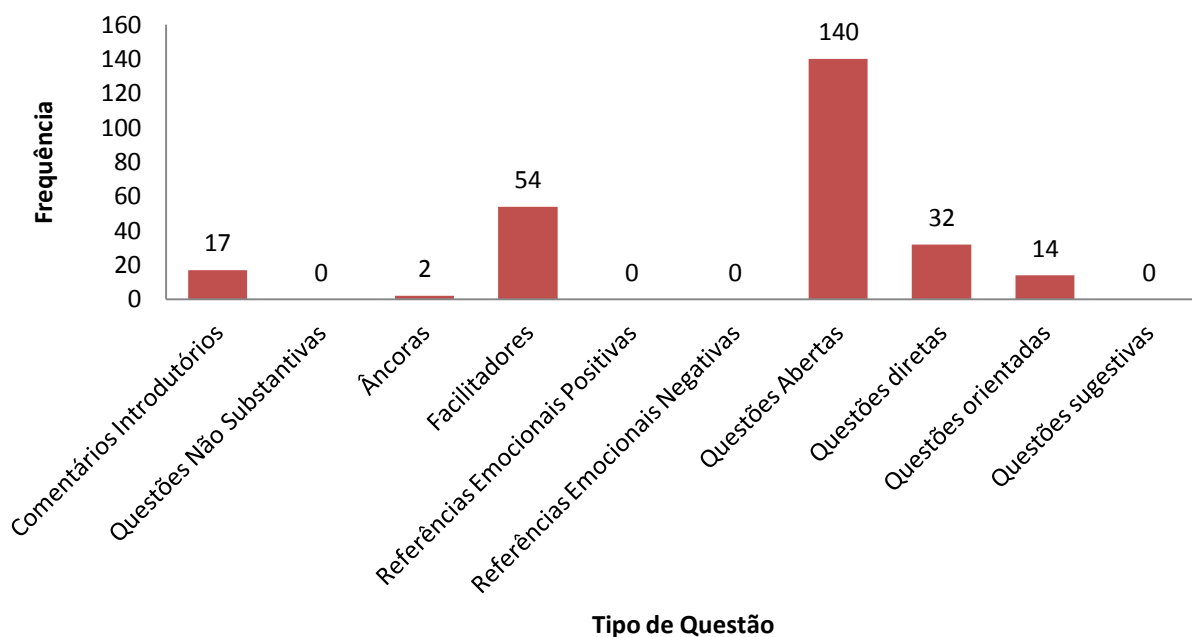


Gráfico 1 – Descrição das frequências absolutas dos tipos de questões nas entrevistas com protocolo de entrevista forense do NICHHD

Tal como se percebe no gráfico de frequências relativas abaixo apresentado, é possível constatar que nas entrevistas com recurso ao protocolo, existe uma predominância de *Questões Abertas* (54%), seguindo-se os *Facilitadores* (21%), as *Questões Diretas* (9%), os *Comentários Introdutórios* (7%), as *Questões Orientadas* (5%) e as *Âncoras* (1%). É possível constatar que em algum momento da entrevista o entrevistador recorreu a *Questões Sugestivas*, *Questões Não Substantivas*, que a *Referências Emocionais Positivas* ou *Negativas*.

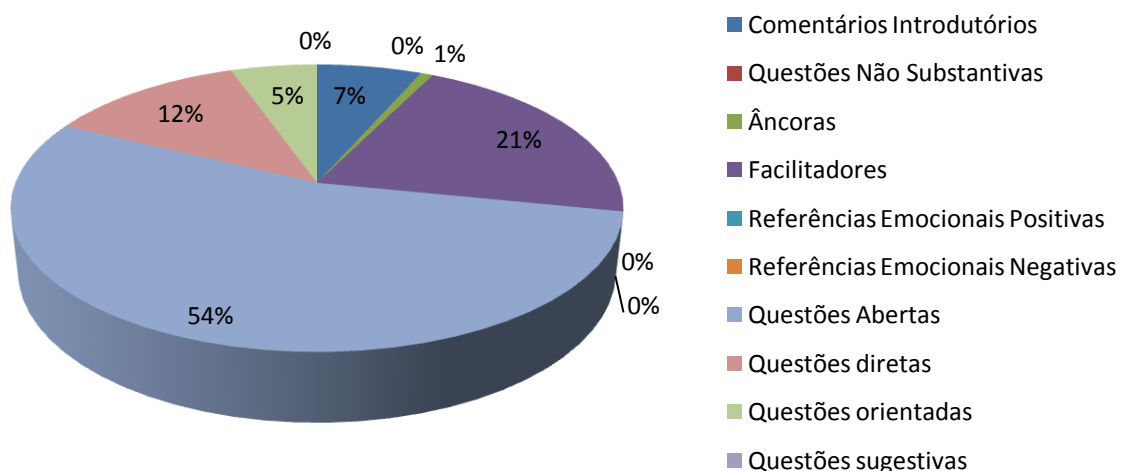


Gráfico 2 – Descrição das frequências relativas dos tipos de questões nas entrevistas realizadas com protocolo de entrevista forense do NICHHD

Posteriormente à análise do tipo de questões utilizadas pelo entrevistador e, enquanto tema central deste estudo, procedemos à análise estatística das frequências do tipo de declarações prestadas pelas crianças deste estudo, sendo que na sua maioria a amostra foi prestando maioritariamente declarações responsivas perante as questões que lhes foram colocadas, não se verificando a presença de declarações não responsivas, nas entrevistas realizadas com recurso ao protocolo de entrevista forense do NICHD (Gráfico 3). No entanto, o gráfico a baixo expõe de forma sucinta a frequência absoluta do tipo de declarações prestadas pela criança, sendo que num gráfico seguinte são apresentadas as frequências relativas das mesmas (Gráfico 4).

Ao analisar os gráficos correspondentes às frequências de declarações prestadas pelas crianças, é possível verificar que existe uma grande predominância de declarações responsivas por parte destas. Como se observa no gráfico 4, a frequência relativa de 82% é precisamente representativa desse facto, comprovando a elevada responsividade por parte dos participantes que completam o grupo de crianças que foram entrevistados por um psicólogo com formação específica para aplicação do protocolo de entrevista forense do NICHD, da amostra. Não se verifica a ocorrência de declarações não responsivas, da mesma forma que não surgiram declarações divergentes, ao longo das entrevistas realizadas.

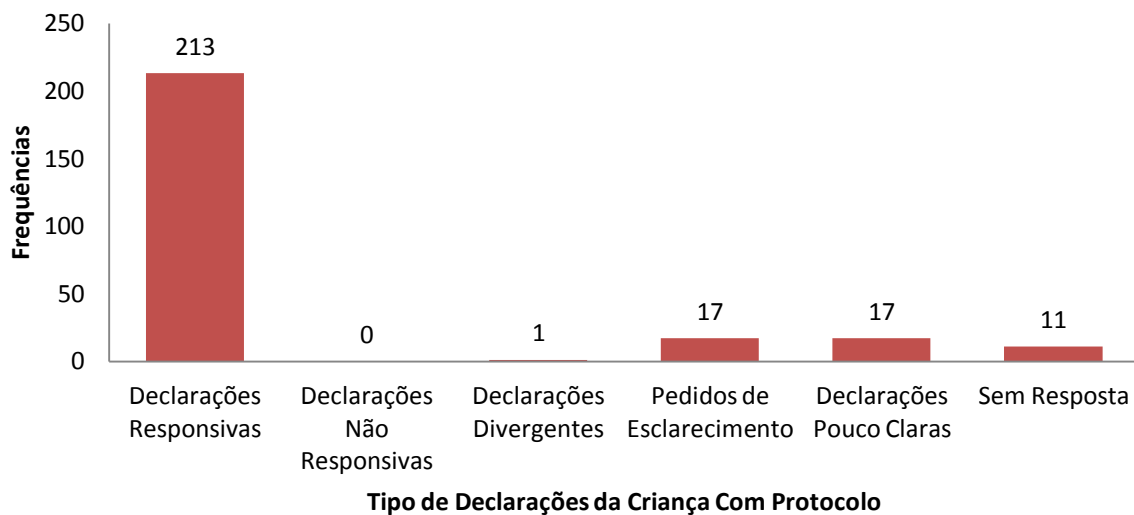


Gráfico 3 – Frequências absolutas do tipo de declarações da criança com protocolo de entrevista forense do NICHD

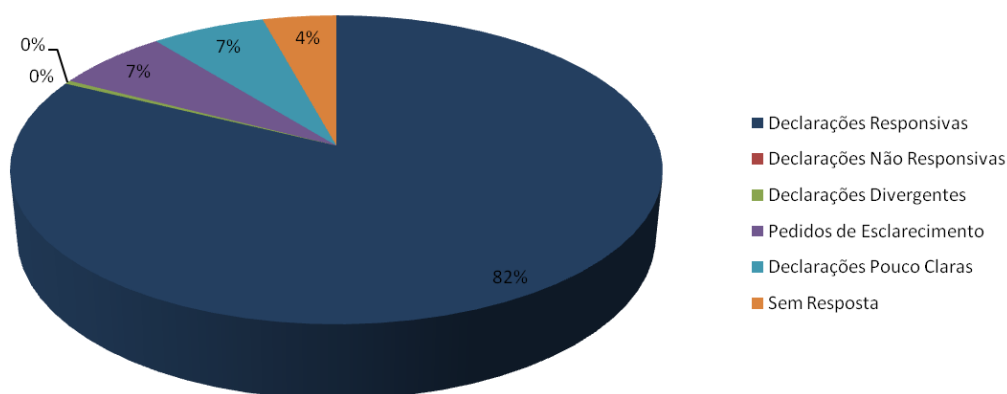


Gráfico 4 – Frequências relativas do tipo de declaração da criança com protocolo de entrevista forense do NICHD

No que concerne ao detalhe do testemunho da criança, este grupo assume uma média de 33 detalhes com um mínimo de 12 e um máximo de 55 detalhes. Analisando a propensão para descrever detalhadamente um determinado evento, uma vez que não existe uma grande variedade de idades, desenvolveram-se frequências a nível da diferença de quantidade de detalhes no discurso entre géneros. No gráfico 5, as crianças do sexo masculino apresentam uma frequência absoluta ligeiramente superior a nível de detalhes, situada nos 34,36, assumindo um máximo de 57 e um mínimo de 18. Já no género feminino a frequência de detalhes situa-se nos 30,50, adquirindo um máximo de 52 e um mínimo de 12.

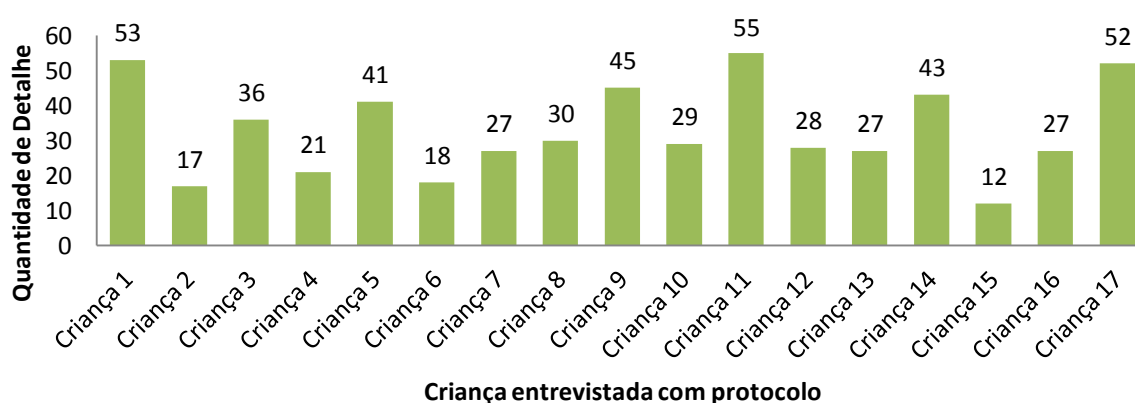


Gráfico 5 – Distribuição da quantidade de detalhes de cada criança que compõe o grupo de crianças entrevistadas com protocolo

Segundo Lamb e colaboradores (2008), as crianças do sexo feminino tendem a dar mais informação, relativamente a crianças do sexo masculino. No entanto, apesar de constituir uma diferença pequena, no presente estudo as crianças do sexo masculino apresentam uma maior frequência de detalhes ao longo do seu discurso em detrimento das crianças do sexo feminino.

3.1.2. Resultados obtidos com o grupo de crianças entrevistada sem protocolo

Tal como se sucedeu na apresentação dos resultados relativos aos dados do grupo de crianças entrevistadas com protocolo, procederemos inicialmente à apresentação das frequências, do tipo de questões utilizadas pelo entrevistador, passando a uma descrição do tipo de declarações prestadas pela criança, passando à quantidade de detalhe facultado por esta, terminando com uma análise de frequência de detalhes entre o discurso das crianças do género masculino e do género feminino.

A tabela que se segue apresenta a distribuição do tipo de questões utilizadas pelo entrevistador, sendo apresentado em gráfico, com vista a uma leitura fácil e rápida.

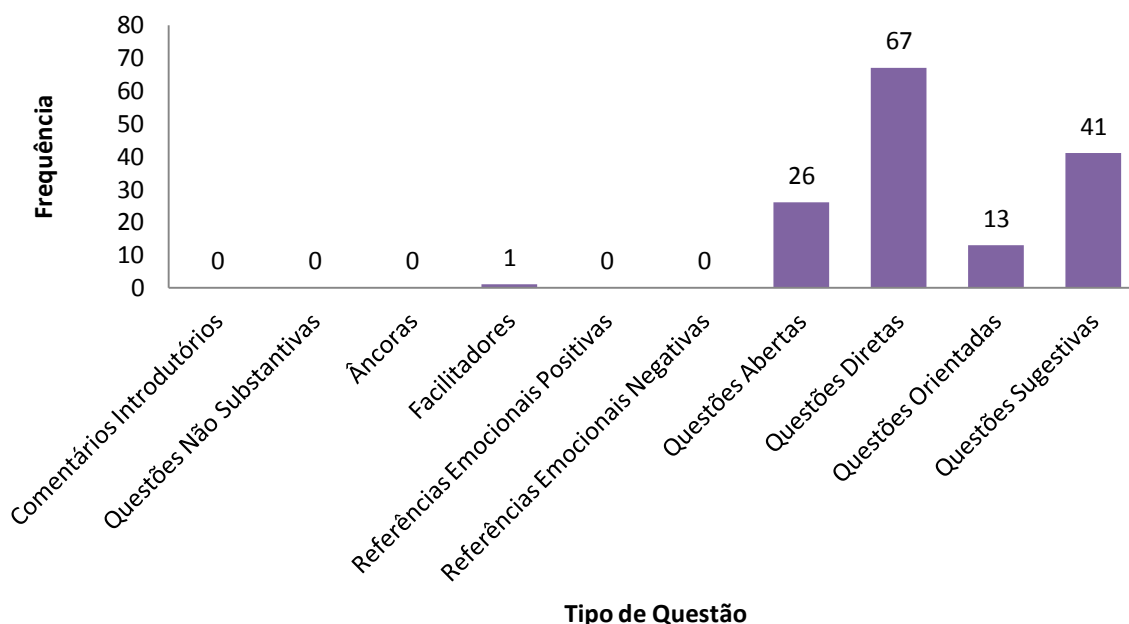


Gráfico 6 – Descrição das frequências absolutas dos tipos de questões nas entrevistas sem protocolo de entrevista forense do NICHD

É possível compreender a partir da leitura do gráfico anteriormente apresentado (Gráfico 6), que existe uma predominância de *Questões Diretas* (67), seguindo-se uma

maior frequência de *Questões Sugestivas* (41), *Questões Abertas* (26), *Questões Orientadas* (13) e *Facilitadores* (1). Como tal, no gráfico apresentado de seguida (Gráfico 7), são apresentadas as frequências relativas do tipo de questões utilizadas pelo entrevistador, sem recurso ao protocolo de entrevista forense.

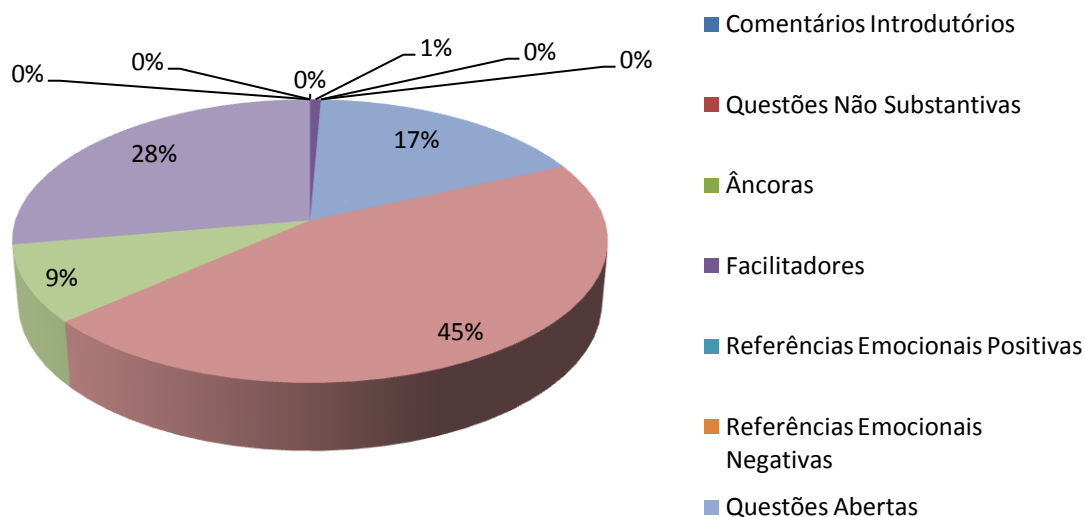


Gráfico 7 - Descrição das frequências relativas dos tipos de questões nas entrevistas realizadas sem protocolo de entrevista forense do NICHHD

Verifica-se que as *Questões Diretas* possuem uma frequência relativa de 45%, as *Questões Sugestivas* seguem-se com 28%, antecedendo as *Questões Abertas* com 17%, as *Questões Orientadas* com 9 % e, por fim uma frequência relativa de 1% de *Facilitadores*, sendo que a frequência relativa de *Comentários Introdutórios*, de *Âncoras*, *Referências Emocionais Positivas*, *Referências Emocionais Negativas* e de *Questões Não Substantivas* representa-se por 0%.

Feita a descrição dos resultados relativos ao tipo de questões formuladas pelo entrevistador, importa agora apresentar os resultados relativos ao tipo de declarações prestadas pela criança. Como tal, o gráfico de frequências absolutas descreve a distribuição das frequências do tipo de declarações prestadas pela criança, ao longo da entrevista.

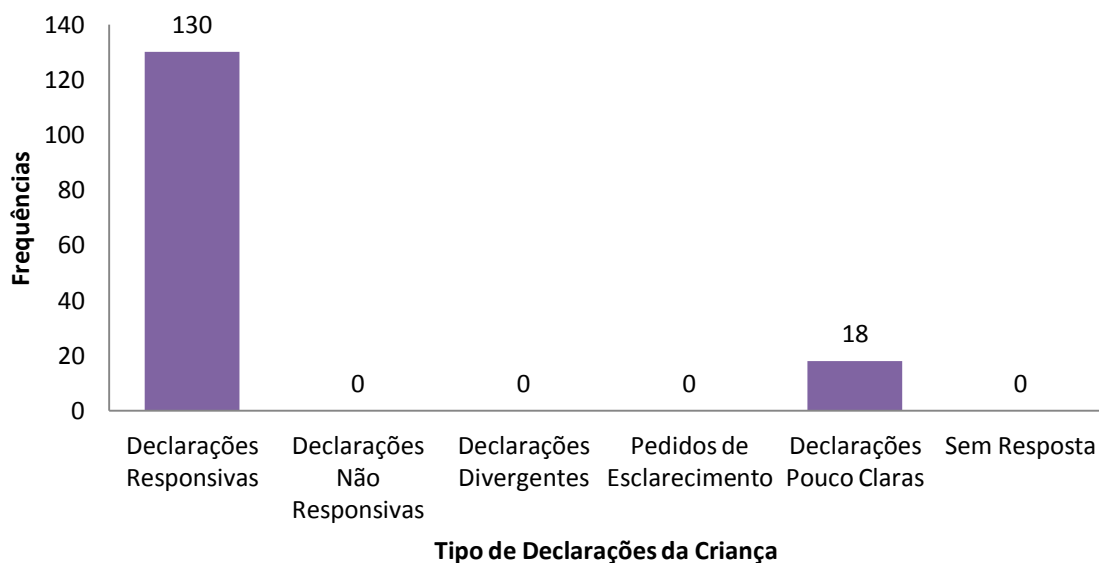


Gráfico 8 - Frequências absolutas do tipo de declarações da criança sem protocolo de entrevista forense do NICHD

Desde imediato, perante a leitura do gráfico de frequências absolutas do tipo de declarações prestadas pelas crianças (Gráfico 8), em entrevistas sem protocolo, é possível perceber o predomínio de declarações responsivas (130), seguindo-se apenas por uma considerável diferença de declarações pouco claras (18). O gráfico abaixo apresentado, representa as frequências relativas (Gráfico 9).

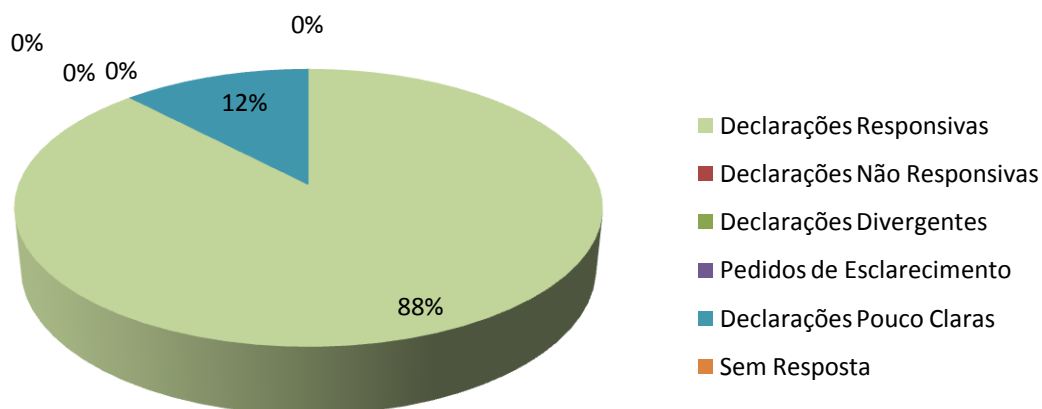


Gráfico 9 - Frequências relativas do tipo de declaração da criança sem protocolo de entrevista forense do NICHD

Concluída a análise das frequências relativamente ao tipo de questão do entrevistador e ao tipo de declaração da criança, de seguida apresentamos os dados relativos aos detalhes do discurso da criança (Gráfico 10). A média de detalhe do grupo situa-se nos 13,07 detalhes.

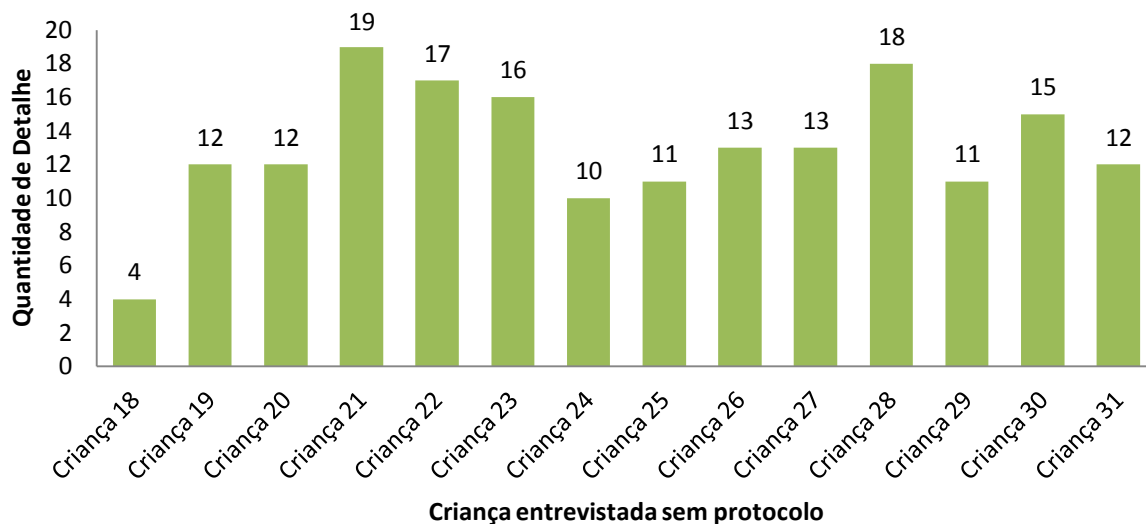


Gráfico 10 - Distribuição da quantidade de detalhes de cada criança que compõe o grupo de crianças entrevistadas sem protocolo

Perante a leitura do gráfico é possível perceber que, no grupo de crianças entrevistadas sem protocolo, existe um máximo de 19 detalhes no testemunho da criança sobre um determinado evento e um mínimo de 4 detalhes.

No que concerne às diferenças entre género, constata-se que as crianças do género masculino apresentam igualmente uma frequência de detalhe superior à das crianças do sexo feminino, com uma frequência de 13,57 e 12,57 respetivamente.

3.1.3. Resultados do total da amostra

No total da amostra do estudo (grupo com protocolo e grupo sem protocolo), existe uma frequência absoluta de detalhes situada nos 24 detalhes, com um mínimo de 4 detalhes e um máximo de 55 detalhes da amostra, sendo que o sexo masculino apresenta uma média de 26,28 detalhes e o sexo feminino 20,85.

O grupo de crianças entrevistadas com protocolo é constituído por 17 indivíduos, cuja média e desvio-padrão de detalhes no seu discurso é de 33,00 e 13,196, respetivamente. Por seu turno, o grupo de crianças entrevistadas sem protocolo integra 14

participantes. A média e desvio-padrão deste grupo ao nível do detalhe no seu discurso é de 13,07 e 3,832, respetivamente. A partir destes dados podemos ver que, em média, são as crianças entrevistadas com protocolo que apresentam maior capacidade de detalhe no seu discurso.

3.2. Estatística Inferencial

Após uma análise descritiva, sobretudo numa perspetiva de análise de frequências das variáveis em estudo, recorreremos agora à estatística inferencial, ao teste de t para amostras independentes, para estudar as diferenças entre a quantidade de detalhe no discurso da criança entre a aplicação do protocolo e a não aplicação e a diferença de detalhes entre o género feminino e masculino da amostra. Neste sentido, a estatística inferencial vai permitir testar as hipóteses do presente estudo.

3.2.1. Existem diferenças a nível de detalhe no discurso da criança entre o grupo entrevistado com protocolo e o grupo entrevistado sem protocolo?

A variável intervalar *Detalhes do discurso* vai ser comparada com a variável independentes *Utilização do Protocolo*.

A tabela que se segue apresenta a comparação de médias de detalhes no discurso da criança, entre o grupo de crianças entrevistado com protocolo e o grupo de crianças que não foi entrevistado com protocolo.

Tabela 9. Diferenças entre as crianças entrevistadas com protocolo e as crianças entrevistadas sem protocolo ao nível do detalhe no seu discurso

	Com Protocolo	Sem Protocolo	
	(n= 17)	(n=14)	
	Média (DP)	Média (DP)	t (29)
Detalhes no discurso	33,00 (13,196)	13,07 (3,832)	5,45**

**p < .01

Como já analisamos anteriormente, as crianças entrevistadas com o protocolo apresentaram uma média superior de detalhe no seu discurso sobre o evento. No entanto,

importa agora compreender se esta diferença de médias que observamos entre os dois grupos é estatisticamente significativa. Na Tabela 9, são apresentadas as medidas descritivas relativas à variável dependente *Detalhes do Discurso* para cada um dos grupos, bem como o resultado do Teste de T. Tal como podemos observar na tabela, neste caso, o valor de t é de 5,45, com 29 graus de liberdade e com uma significância associada de $p = .000$.

Desta forma, é possível constatar que, no que diz respeito à utilização ou não do protocolo e o número de detalhe no discurso da criança, a utilização do protocolo propicia um maior número de detalhes no discurso da criança. Como tal, atendendo a que assume um $p < .01$, a utilização ou não do protocolo é estatisticamente significativa.

3.2.2. Existem diferenças a nível de detalhe no discurso da criança entre as crianças do género masculino e as crianças do género feminino?

Perante esta questão de investigação, procedeu-se à análise da variável dependente detalhes do discurso com a variável independente género, para compreender se existem diferenças relativamente à variável dependente, entre o género da amostra.

A tabela abaixo representada engloba a apresentação dos resultados obtidos da comparação dos detalhes do discurso da criança em função do género da amostra.

Tabela 10. Diferenças entre as crianças do género feminino e do género masculino em função do detalhe no seu discurso

	Feminino (n= 13)	Masculino (n=18)	
	Média (DP)	Média (DP)	t (29)
Detalhes no discurso	20,85 (13,849)	26,28 (14,352)	-1,055**

** $p > .01$

Ao analisar a Tabela é possível perceber que as crianças do género masculino apresentam uma média de detalhes superior em relação às crianças do género feminino. Dos resultados do Teste de T é possível observar que o valor de t é de -1,055 com 29 graus de liberdade e com uma significância associada de $p = .300$.

É possível observar que o género masculino assume uma média de detalhe (26,28) superior ao género feminino (20,85). No entanto, uma vez que o p Desta forma, podemos

concluir que uma vez que $p > .10$, a diferença das médias a nível do género da criança, não é estatisticamente significativa.

4. Discussão dos resultados

A partir da análise descritiva dos dados suprarreferidos, recolhidos através das entrevistas realizadas com crianças em idade escolar, foi possível estabelecer uma análise de frequências relativamente ao tipo de questões formuladas pelo entrevistador durante a entrevista à criança, ao tipo de declarações prestadas pela criança e ainda uma análise quanto à quantidade de detalhes no discurso da criança. Desta forma, tornou-se possível atingir os objetivos delimitados aquando da conceção do estudo. Finalizada a apresentação dos resultados pretendemos agora discuti-los, destacando sempre os dados considerados mais pertinentes, de acordo com os objetivos do estudo. Como tal, com a realização deste estudo torna-se possível compreender se existem diferenças, sobretudo a nível do testemunho da criança, quando esta é questionada sobre um determinado evento com recurso ao Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD e quando uma criança é questionada sobre o mesmo tipo de evento mas sem utilização do Protocolo.

Para concretizar o objetivo que corresponde à compreensão das diferenças entre o tipo de questões aquando da realização de entrevistas com protocolo e sem protocolo, podemos dizer que existem diferenças quanto ao tipo de intervenção/questão que o entrevistador utiliza. As linhas orientadoras do protocolo indicam que o entrevistador deve intervir de forma a maximizar o relato da criança, devendo dar mais espaço a questões abertas (e.g., “conta-me tudo sobre isso”), ao invés de recorrer a questões de carácter mais fechado. Desta forma, a aplicação do protocolo de entrevista forense permite ao entrevistador recorrer à *segmentação temporal* acudindo a intervenções como “conta-me tudo sobre isso desde o início até o fim”; ou à *evocação orientada* como “Tu contaste-me que...conta-me tudo sobre isso”, potencializando assim o discurso da criança (Lamb *et al.*, 2009).

O recurso a questões de carácter sugestivo deve ser evitado ao máximo pois, tal como foi abordado no enquadramento teórico, a sugestionabilidade é mais uma posição que parte do entrevistador. Com isto pretende-se dizer que perante questões sugestivas, a criança tenderá a responder com maior sugestionabilidade, passa-se a redundância, incorrendo na possibilidade de facultar informação menos fidedigna sobre o evento em estudo.

Desta forma, os resultados do presente estudo revelam que a não utilização do protocolo de entrevista forense durante a entrevista a crianças, torna a intervenção do entrevistador mais sugestiva. Tal se pode observar ao analisar os gráficos das frequências do tipo de questões utilizadas pelo entrevistador (Gráfico 2 e Gráfico 7). É possível perceber que no decorrer das entrevistas realizadas com o protocolo existe uma frequência relativa de 0%, ou seja, não foi utilizada nenhuma intervenção sugestiva com as crianças

entrevistadas, ao passo que nas entrevistas realizadas sem protocolo se verifica uma frequência relativa de 28%, ou seja, 41 das 148 questões efetuadas às crianças do grupo sem protocolo, foram sugestivas. A este respeito Lamb e colaboradores (2008) e LaRooy e colegas (2008), referem que, o recurso a *Questões Sugestivas*, pode efetivamente contaminar o discurso da criança, pelo que as questões abertas fomentam a recordação livre, maximizando as suas competências de comunicação, possibilitando um testemunho mais “limpo”.

O recurso a *Facilitadores* como “hun hun” ou “ok”, levam a criança a avançar no seu relato, encorajando-a a dar mais informação ou detalhe sobre o evento em estudo. A nível de *Facilitadores* é possível verificar uma frequência maior de *Facilitadores* nas entrevistas realizadas às crianças com protocolo, comparativamente às entrevistas realizadas sem protocolo. Como tal, no primeiro existem uma frequência relativa de 21% de *Facilitadores*, ao passo que na segunda existe uma frequência de 1%.

No que concerne ao uso de *Questões Diretas*, é possível verificar que ao grupo de crianças entrevistadas sem protocolo foi utilizada com maior frequência de questões diretas, comparativamente ao grupo entrevistado com protocolo. Apesar das *Questões Abertas* como os convites, potenciarem e maximizarem as competências da linguagem da criança, o recurso a questão mais fechadas, como as questões diretas, é por vezes importante e necessário, quando se pretende obter respostas mais específicas sobre detalhes que vão decorrendo ao longo da entrevista (Lamb *et al.*, 2008; Snow, Powell, & Murfett, 2009), contudo é recomendada a exaustividade de *Questões Abertas* no decorrer da entrevista com crianças.

O alvo deste estudo não passa especificamente por estudar a influência direta que cada tipo de questão possui no discurso da criança, uma vez que este tipo de estudo já foi desenvolvido em investigações anteriores no decorrer da adaptação do protocolo de entrevista forense do NICHD ao contexto português. No entanto, um estudo levado a cabo por Lamb e seus colaboradores (2007) comprova que o uso de questões que potenciam a recordação livre são mais suscetíveis de apurar informação fidedigna do que o uso de questões mais fechadas.

Segundo Ribeiro (2009), uma perceção globalmente positiva do contacto que a criança mantém com o entrevistador poderá advir do esforço deste em criar um esforço positivo e securizante, podendo consegui-lo através de uma breve explicação do que vai ser feito e do porquê, no âmbito de uma relação positiva, onde a criança assume o papel principal. O protocolo incorpora, aquilo a que no nosso estudo foi categorizado como *comentários introdutórios*, quanto ao tipo de questão, tem precisamente este objetivo, o de estabelecer uma relação positiva e de confiança com a criança. Como é possível observar, no decorrer das entrevistas realizadas sem protocolo, não se verifica o recuso aos

comentários introdutórios, podendo deste logo influenciar toda a postura da criança ao longo da entrevista.

Cumprido o objetivo de compreender as potencialidades e as diferenças entre o tipo de questões com protocolo e sem protocolo, discutiremos agora sobre os resultados obtidos quanto ao tipo de declaração prestada pela criança e em que medida as declarações diferem entre a aplicação do protocolo e a realização da entrevista sem o recurso ao protocolo de entrevista forense.

Neste sentido, os resultados do nosso estudo revelam que tanto nas entrevistas realizadas com aplicação do protocolo, como nas entrevistas efetuadas sem recurso a este, as crianças apresentaram uma predominância de declarações responsivas em relação às restantes categorias. Sob este aspeto podemos salientar desde já que, tal como é possível comprovar em estudos anteriormente realizados, a criança é capaz de facultar informação de forma responsiva, ou seja, é capaz de dar informação importante sobre um determinado evento, demonstrando capacidade de compreensão das questões que lhe são dirigidas pelo entrevistador – linguagem compreensiva – e capacidade para se pronunciar sobre os aspetos que lhe são questionados – linguagem expressiva.

De seguida analisamos o detalhe facultado pela criança, ao longo do seu discurso. Tal como referimos no enquadramento teórico do estudo, a criança possui a capacidade de providenciar informação detalhada através do uso de questões de índole mais aberta, atendendo à potencialidade que este tipo de questões faculta em maximizar o discurso da criança (Lamb *et al.*, 2003; Larsson & Lamb, 2009; Patterson & Pipe, 2009), ressaltando-se que as questões devem sempre ser feitas de forma cuidadosa e apropriada (Larsson & Lamb, 2008). Através de questões abertas, as crianças são capazes de facultar informação relevante e em quantidades consideráveis de detalhe no seu discurso (Orbach *et al.*, 2000). Ao longo da análise de dados do nosso estudo foi possível compreender que as crianças entrevistadas com o protocolo, foram capazes de dar informação, com algum detalhe, sobre um determinado evento em estudo. Verificou-se uma proporção de detalhe significativamente maior nos relatos das crianças entrevistadas com o protocolo, possivelmente muito devido ao tipo de questões utilizadas. Uma vez que se verifica uma frequência superior de facilitadores e de convites neste grupo e uma frequência inferior de questões sugestivas. Como tal, aceitamos a hipótese alternativa de que existem diferenças estatisticamente significativas, quanto ao detalhe no discurso da criança, perante a aplicação do protocolo.

O tipo de questão utilizada pelo entrevistador pode efetivamente influenciar o discurso da criança e o detalhe que a mesma vai facultar sobre determinado evento. Desta forma, corrobora-se que as guidelines facultadas aquando da formação no protocolo de entrevista forense são muito importantes (Orbach *et al.*, 2000) uma vez que dotam o

entrevistador de competências essenciais, como o treino de questões mais abertas e técnicas a utilizar ou até mesmo a evitar, podendo assim maximizar as competências narrativas da criança. É ainda muito importante que o entrevistador tenha o cuidado de adaptar as suas técnicas às capacidades e competências da criança (Larsson & Lamb, 2008), devendo estas estar em conformidade com o desenvolvimento da criança. Quando as entrevistas são corretamente desenvolvidas de acordo com o estágio desenvolvimental da criança, elas ajudam a criança a tornar-se um informante competente sobre as suas próprias experiências (Larsson & Lamb, 2008).

A utilização do protocolo do NICHD, tal como é possível depreender a partir dos resultados obtidos através do presente estudo, está associada a resultados positivos a nível do discurso da criança, uma vez que reduz a ambiguidade do discurso da criança, tornando-a uma melhor informante, uma vez que o recurso ao protocolo deve reduzir as ambiguidades do discurso da criança e potencializar a quantidade de informação central, induzindo a um relato da mesma, essencialmente despoletado pela recordação livre (Pipe *et al.*, 2013).

No presente estudo, o género masculino possui um discurso mais detalhado comparativamente ao género feminino, ao contrário de estudos levados a cabo por Hershkowitz, Horowitz e Lamb (2005). Os resultados elevados do primeiro grupo podem dever-se a uma representação maioritária na amostra de crianças do género masculino. No entanto, com o intuito de estar as hipóteses de estudo, procurou-se perceber se esta diferença entre o género seria estatisticamente significativa. Tal como podemos observar na respetiva secção da apresentação dos dados referentes à estatística inferencial, não podemos aceitar a hipótese de estudo, de que existe uma diferença estatisticamente significativa quanto ao detalhe no discurso da criança. Consequentemente, aceitamos a hipótese nula, a de que não existe diferença estatisticamente significativa entre o género.

Concluída a discussão sobre os resultados que atingem os objetivos da investigação, é ainda importante ressaltar um aspeto que foi abordado no enquadramento teórico e que apesar não ter sido diretamente estudado e analisado neste estudo, torna-se relevante refletir nesta investigação sobre: a memória. Esta assume um papel importante no decorrer do discurso da criança sobre determinado evento. Assim, utilizando o aniversário como evento de estudo, concluiu-se que as crianças, apesar do tempo decorrido, ainda conseguiam descrever minuciosamente o evento, desde que questionadas de forma adequada. Realça-se que esta capacidade de detalhe sobre o evento demonstra-se maior, nas crianças entrevistadas com protocolo, pelos fatores anteriormente discutidos. Como tal, é possível uma criança descrever detalhadamente um evento, evocando recordações da memória a longo prazo.

5. Conclusões

Ao longo das conclusões, serão abordados os principais resultados obtidos na decorrente investigação, assim como serão debatidas as limitações associadas a este estudo. Serão ainda apresentadas propostas para futuros estudos correlacionados com a adaptação do protocolo, provenientes de algumas das limitações identificadas ao longo da investigação.

Após a conceção deste estudo e estabelecido o devido suporte teórico para o mesmo, é possível compreender que é urgente criar/adaptar metodologias e instrumentos eficazes para a intervenção com crianças abusadas, desde o primeiro momento em que o profissional (independentemente da área de atuação) entra em contacto com a criança, atendendo inclusive à proporção de casos de abuso sexual de menores a decorrer no Sistema de Justiça.

De facto, este estudo vem a comprovar, mais uma vez, que a utilização de um protocolo de entrevista forense devidamente adaptado, como é o caso do protocolo do NICHD, vem a trazer vários ganhos para a investigação junto de crianças. Em específico, a nível de detalhe no relato da criança, este estudo apresenta uma diferença significativa de detalhe (superior), comparativamente à realização de entrevistas com crianças sem o recurso ao protocolo. Como tal, corroborando estudos anteriores, a aplicação do protocolo maximiza as competências narrativas da criança.

Ao longo do enquadramento teórico, foi possível abordar algumas das vulnerabilidades da criança, vulnerabilidades essas que efetivamente existem, contudo é de admitir que alguns fatores potenciam estas vulnerabilidades na criança. Um fator importante, que nos parece exercer influência sobre as “vulnerabilidades” da criança, diz respeito à postura e intervenção do entrevistador e até o próprio contexto onde decorre a investigação. Assumindo que o protocolo possui todo um conjunto de guidelines que controlam a própria intervenção do entrevistador, ao longo da investigação com crianças, os resultados do nosso estudo já comprovaram que possui uma influência positiva na capacidade de relato da criança. Neste sentido, Ribeiro (2009) inferiu que o conjunto de características da relação da criança com a Justiça pode refletir-se enquanto experiência insegurizante e desestruturante, sob o ponto de vista da criança. Como tal, é necessário a criação de espaços adequados para a inquirição de crianças, com vista a proporcionar-lhes um ambiente acolhedor e ajustado (Ribeiro, 2009).

Da mesma forma, ao analisarmos o tipo de questões elaboradas pelos entrevistadores nos distintos grupos da amostra do presente estudo, diferem desde logo de forma substancial no início da entrevista. Como tal, o protocolo compreende um conjunto de comentários introdutórios (Anexo A), que tal como foi abordado no enquadramento teórico

do estudo, promovem a relação entre entrevistador e criança, facultando um ambiente seguro e de confiança entre ambos.

Assumindo o protocolo enquanto instrumento ou método eficaz de recolha de dados, importa tomar em consideração que a avaliação psicológica ou inquirição da criança, realizada atempadamente, parece associar-se a níveis de satisfação superior por parte da criança, podendo representar a recolha de dados sólidos e pertinentes para a tomada de decisão judicial, uma vez que potencia uma atitude mais colaborante por parte da criança (Ribeiro, 2009).

Atendendo a que o protocolo assume um conjunto de guidelines que potenciam um espaço securizante à criança, por sua vez, este poderá ser visto enquanto método de evitar a vitimação secundária desta população, podendo assumir-se enquanto medida preventiva (Ribeiro, 2009).

Uma das limitações que poderá ser apontada a este estudo é o facto de possuir uma amostra muito pequena, incorrendo no risco de não ser uma amostra representativa do fenómeno. Por outro lado, podemos salientar uma outra limitação resultante da homogeneidade da amostra, uma vez que esta assume uma restrita faixa etária, sendo que estes resultados poderão não ser semelhantes noutras faixas etárias.

Neste sentido surge uma potencial linha de investigação, uma vez que poderia ser uma mais valia para a adaptação do protocolo ao contexto português, um estudo mais aprofundado das questões da linguagem, que por razões diversas, não foi possível concretizar no presente estudo. Como tal, para melhor compreensão das capacidades linguísticas (relato) das crianças seria positivo um estudo exploratório da aplicação do protocolo em crianças pré-escolares e em crianças escolares do 1º ciclo e, ainda dentro destas últimas, estabelecer uma comparação entre as crianças do primeiro ano e as do quarto ano para compreender melhor as questões e particularidades que rodeiam o discurso das crianças ao longo do seu desenvolvimento e de que forma isso interfere no âmbito de um evento em estudo, seja ele abusivo ou não.

Findado o nosso estudo, concluímos que este vem mais uma vez a consolidar dados anteriormente obtidos, que comprovam que a utilização do protocolo de entrevista forense com criança é uma mais valia, resultando em relatos mais completos e fidedignos sobre o evento em estudo, possibilitando, por sua vez, uma toma de decisão judicial mais facilitada e justa.

Referência Bibliográficas

Almeida, L. & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Psiquilibrios, Braga.

Bolen, R. (2002). *Child Sexual Abuse: Its scope and our failure*. Kluwer Academic Publishers, New York.

Canha, J. (2002). A criança vítima de violência. In C. Machado e R. Gonçalves (Eds.), *Violência e Vítimas de crimes: Crianças*. Quarteto Editora, Coimbra, 2, 15-36.

Castro, S. L. (2001). O instinto da linguagem e o lugar da intervenção educativa. In B. Detry & F. Simas (Eds.), *Educação, cognição e desenvolvimento*. Edinova, Lisboa 167-200.

Chomsky, N. (1986). *Knowledge of Language: Its Nature, Origins, and Use*. Praeger, Londres.

Chomsky, N. (2002). *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. Editora UNESP, São Paulo.

Chomsky, N. (2005). Three Factors in Language Design. *Linguistic Inquiry*. 36, 1-22.

Coelho, I., Martins, M., Liz, L., & Sell, F. (2009). *Sintaxe*. Consultado em Janeiro de 2013, em http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoBasica/sintaxe/assets/491/Texto_base_sintaxe_versao_final.pdf.

Cordeiro, M. (2003). Maus tratos a crianças e adolescentes: Chegou o momento de dizer "basta!". In *Abuse and Neglect*. 31, 99-110.

Cronch, L., Viljoen, J. & Hansen, D. (2006). Forensic interviewing in child sexual abuse cases: Current techniques and future directions. *Faculty Publications, Department of Psychology*, 6, 195-207.

Dias, I., Ribeiro, C. & Magalhães, T. (2010). A Construção Social do Abuso na Infância. In T. Magalhães (Ed.). *Abuso de Crianças e Jovens: Da Suspeita ao Diagnóstico*, Lidel, Lisboa, 7-21.

Fernandes, E. & Maia, A. (2001). *Métodos e técnicas de avaliação: Contributos para a prática e investigação psicológicas*. Consultado em Março de 2012, em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4209/1/Grouped%20Theory.pdf>.

Froner, J. & Ramires, V. (2008). Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: Uma revisão crítica da literatura. *Paidéia*, 18(40), 267-278.

Gleitman, H., Fridlund, A., & Reisberg, D. (2009). *Psicologia*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Gonçalves, R. (2010). *Psicologia Forense em Portugal: Uma história de responsabilidade e desafios*. Consultado em Fevereiro de 2012, em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v28n1/v28n1a08.pdf>.

Goodyear-Brown, P., Fath, A., & Myers, L. (2012). Child Sexual Abuse: The scope of the problem. In Goodyear-Brown (Ed.). (2012). *Handbook of Child Sexual Abuse: Identification, Assessment, and Treatment*. John Wiley & Sons, Inc., 3-28.

Harris, (2011). Toward a Better Way to Interview Child Victims of Sexual Abuse. *NIJ Journal*. 267, 12-15.

Hershkowitz, I., Fisher, S., Lamb, M. & Horowitz, D. (2007). Improving credibility assessment in child sexual abuse allegations: The role of the NICHD investigative interview protocol. *Child Abuse & Neglect*, 31, 99-110.

Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M., Katz, C., & Horowitz, D. (2012). The development of communicative and narrative skills among preschoolers: Lessons from forensic interviews about child abuse. *Child Development*, 82 (2). 611-622.

Hoff, E. (2006). How social contexts support and shape language development. *Developmental Review*. 26, 55- 88.

Kellogg, N. & Committee on Child Abuse and Neglect. (2012). *The evaluation of sexual abuse in children*. Consultado em Novembro de 2012, em <http://pediatrics.aappublications.org/content/116/2/506.full.html>.

Lamb, M., Esplin, P., Hershkowitz, I. & Orbach, Y. (1997). Assessing the credibility of children's allegations of sexual abuse: A survey of recent research. *Learning and Individual Differences*, 9(2), 175-194.

Lamb, M., Hershkowitz, I., Orbach, Y. & Esplin, P. (2008). *Tell me what happened: Structured Investigative Interviews of Child Victims and Witnesses*. Wiley, England.

Lamb, M., Hershkowitz, I., Sternberd, K., Esplin, P., Hovav, M., Manor, T., et al. (1996). Effects of investigative utterance types on Israeli children's responses. *International Journal of Behavioral Development*, 19, 627-637.

Lamb, M., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Esplin, P. & Horowitz, D. (2007). Structured forensic interview protocols improve the quality and informativeness of investigative interviews with children: A review of research using the NICHD Investigative Interview Protocol. *Child Abuse Neglect*, 31(11), 1201-1231.

Lamb, M., Orbach, Y., Sternberg, K., Aldridge, J., Pearson, S., Stewart, H., Esplin, P., Bowler, L. (2009). Use of a structured investigative protocol enhances the quality of investigative interviews with alleged victims of child sexual abuse in Britain. *Applied Cognitive Psychology*, 23, 449-467.

Lamb, M. & Garretson, M. (2003). The effects of interviewer gender and child gender on the informativeness of alleged child sexual abuse victims in forensic interviews. *Law and Human Behaviour*, 27(2), 157-171.

La Rooy, D., Lamb, M., & Memon, A. (2008). Forensic interviews with children in Scotland: A survey of interview practices among police. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 26, 26-34.

Larsson, A., & Lamb, M. (2009). Making the Most of Information-gathering Interviews with Children. *Infant and Child Development*, 18, 1-16.

Loftus, E. (2008). Crimes da memória: memórias falsas e justiça social. In A. Fonseca (Ed.). (2008). *Psicologia e Justiça*. Edições Almedina, 331-339.

Machado, C. (2002). Abuso sexual de crianças. In: C. Machado e R. Gonçalves (Ed), *Violência e Vítimas de Crimes: Crianças*. Coimbra, Quarteto Editora, 2, 39-93.

Magalhães, T. (2010). *Abuso de Crianças e Jovens: Da suspeita ao diagnóstico*. Lidel Editora.

Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra, Quarteto Editora.

Magalhães, T. & Ribeiro, C. (2007). A Colheita de Informação a Vítimas de Crimes Sexuais. *Acta Médica Portuguesa*, 20, 439-445.

Manning, L. (2005). *La neuropsychologie clinique*. De Boeck, 49-142.

Maroco, J. (2007). *Análise estatística: Com utilização do SPSS*. Edições Sílabo, Lisboa.

Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Psiquilibrios Edições.

Mulder, M.& Vrij, A. (1996). Explaining conversation rules to children: An intervention study to facilitate children's accurate responses. *Child Abuse & Neglect*, 20, 623-631.

Orbach, Y., Hershkowitz, I., Lamb, M., Sternberg, K., Esplin, P., & Horowitz, D. (2000). Assessing the value of structured protocols for Forensic Interviews of alleged child abuse victims. *Child Abuse & Neglect*, 24(6), 733–752.

Patterson, T. & Pipe, M. (2009). Exploratory assessments of child abuse: Children's responses to interviewer's questions across multiple interview sessions. *Child Abuse & Neglect*, 33, 490-504.

Peixoto, C., Ribeiro, C., & Lamb, M. (2011). Forensic Interview Protocol in Child Sexual Abuse. Why and what for? In T. Magalhães (Ed.), *Abuse Neglect Series To improve the management of child abuse and neglect*, 133-208.

Pipe, M., Orbach, Y., Lamb, M., Abbott, C., & Stewart, H. (2013). Do case outcomes change when investigative interviewing practices change?. *Psychology, Public Policy, and Law*. 9(2).179-190.

Poole, D. & Lamb, M. (1998). *Investigative interviews of children: A guide for helping professionals*. American Psychological Association, Washington DC, 153-180.

Ribeiro, C. (2009). *A Criança na Justiça: Trajectórias e significados do processo judicial de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar*. Almedina, Coimbra.

Sakelliadis, E., Spiliopoulou, C. & Papadodima, S. (2009). *Forensic Investigation of Child Victim with Sexual Abuse*. Consultado em Março de 2012, em <http://www.indianpediatrics.net/feb2009/144.pdf?q=asias-best-kept-secret>

Saywitz, K. & Camparo, L. (1998). Interviewing child witnesses: A developmental perspective. *Child Abuse & Neglect*, 22(8), 825-843.

Snow, P., Powell, M., & Murfett, R. (2009). Getting the story from child witnesses: exploring the application of a story grammar framework. *Psychology, Crime & Law*, 15(6), 555-568.

Sternberg, K., Lamb, M., Hershkowitz, I., Esplin, P., Redlich, A. & Sunshine, N. (1996). The relation between investigative utterance types and the informativeness of child witnesses. *Journal of Applied Psychology*, 17, 439-451.

Sternberg, K., Lamb, M., Orbach, Y., Esplin, P. & Mitchell, S. (2001). Use of a structured investigative protocol enhances young children's responses to free-recall prompts in the course of forensic interviews. *Journal of Applied Psychology*, 86, 997-1005.

Stirling, J. & Amaya-Jackson, L. (2008). Understanding the Behavioral and Emotional Consequences of Child Abuse. *American Academy Pediatrics*, 122(3), 667-673.

Talwar, V. & Crossman, A. (2012). Children's lies and their detection: Implications for child witness testimony. *Developmental Review*, 32(4), 337-359.

Taveira, F., Frazão, S., Dias, R., Matos, E. & Magalhães, T. (2009). O Abuso sexual Intra e Extra-Familiar. *Acta Médica Portuguesa*, 22, 759-766.

Trzepacz, P. & Baker, R. (2001). *Exame psiquiátrico do estado mental*. Climepsi Editores. 71-159.

Vicente, S., Gonzaga, L., & Lima, C. F. (2006). Efeitos da frequência, densidade de vizinhança e frequência de vizinhança no reconhecimento de palavras faladas em Português Europeu. In N. Santos, M. Lima, M. Melo, A. Candeias, M. Grácio, & A. Calado (Eds.),

Actas do VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade de Évora, Évora, 6, 8-25.

Welter, C., Lourenço, A., Ullrich, L., Stein, L., & Pinho, M. (2010). Considerações sobre o depoimento de criança/adolescente vítima de violência sexual. *Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público RS*, 1, 8-25.

Wiley, T., Bottoms, B., Stevenson, M., & Oudekerk, B. (2005). Psychological Research Related to Children, Policy, and Law. In A. C. Fonseca (Ed.), *Forensic Psychology*, Almedina, Coimbra.

ANEXOS

Anexo A

Guião de Entrevista Forense do NICHD

Adaptação ao contexto português (Peixoto, Ribeiro & Alberto, 2011)

Introdução

1. **“Olá, eu chamo-me _____ e sou _____ (identificar profissão)*. Apresentar todas as outras pessoas presentes na sala; idealmente não estará mais ninguém presente) Hoje é _____ (data)* e são agora _____ (horas)*. Estou a entrevistar _____ (nome do entrevistado/a)* no/a _____ (local)*.”**

“Como podes ver, temos aqui uma câmara de vídeo e um microfone para gravar a nossa conversa para ser mais fácil para lembrar-me de tudo o que me vais contar. Por vezes esqueço-me de algumas coisas e a gravação ajudam-me a ouvir com toda a atenção sem ter que estar a escrever tudo o que disseres”

“Uma parte do meu trabalho é falar com crianças (jovens) sobre coisas que lhes aconteceram. Encontro-me com muitas crianças (jovens) e assim elas podem contar-me a verdade sobre coisas que lhes aconteceram. Por isso, antes de começarmos, quero ter a certeza que tu compreendeste que é muito importante contar a verdade”
(com crianças pequenas explicar: **“Aquilo que é verdade e aquilo que é mentira”**)

“Se eu disser que os meus sapatos são vermelhos (ou verdes), isso é verdade ou é mentira?”

(Esperar por pela resposta, e depois dizer:)

2. **“Não pode ser verdade, pois os meus sapatos são (pretos, azuis, etc.). E se eu disser que agora estou sentado(a), isso é verdade ou é mentira (certo ou errado)?”**

(Esperar pela resposta)

3. **“Isso é verdade porque como podes ver estou aqui sentado(a)”**

“Já vi que compreendes o que significa contar a verdade. É muito importante que hoje me digas só a verdade. Tu deves falar-me só de coisas que realmente aconteceram contigo”

(Pausa)

4. **“Se eu te fizer uma pergunta que tu não percebas, diz “eu não percebi”. Está bem?”**

(Pausa)

Tradução e adaptação Peixoto, Ribeiro & Alberto, 2010

“Se eu não perceber o que tu estás a contar, vou-te pedir para me explicares melhor”

(Pausa)

5. “Se eu te fizer uma pergunta e tu não souberes a resposta diz “eu não sei”

“Então se eu te perguntar como se chama o meu cão? (Ou o meu filho) O que é que tu respondias?”

(Esperar pela resposta)

(Se a criança responder, “Não sei”, dizer:)

6. “Certo porque tu não sabes!”

(se a criança der uma resposta ao acaso, dizer:)

“Não, tu não sabes a resposta porque não me conheces. Quando não sabes a resposta não respondas à sorte - diz que não sabes”.

(Pausa)

7. “E se eu disser coisas que são erradas deves dizer-me. Está bem?”

(Espere por uma resposta)

8. “Então se eu disser que tu és uma menina com dois anos (quando estamos a entrevistar um rapaz de 5 anos, etc.), o que é que tu deves dizer?”

(Se a criança não o corrigir, dizer:)

“O que deves dizer se eu me enganar e disser que tu és uma menina de 2 anos (quando estamos a entrevistar um rapaz de 5 anos, etc.)?”

(Espere por uma resposta)

9. “Correto. Agora já sabes o que fazer quando eu me enganar ou disser alguma coisa que não está certa”

(Pausa)

10. “Então se eu disser que tu estás de pé, o que dizes?”

(Espere por uma resposta)

“Correto”

Treino da Memória Episódica

Evento Especial

(Nota: esta secção é adaptada em função do acontecimento)

(antes da entrevista, identifique um acontecimento recente que a criança tenha vivido - primeiro dia da escola, aniversário, celebração de um feriado, etc. - coloque questões sobre este evento. Se possível, escolher um acontecimento que terá sucedido na mesma altura que o alegado ou suspeito abuso. Se o alegado abuso aconteceu durante um dia ou evento particular, questione sobre outro acontecimento)

“Eu quero saber mais sobre ti e sobre as coisas que tu fazes”

1. “Há uns tempos foi o teu aniversário. Conta-me tudo o que aconteceu nesse teu último aniversário”

(Espere por uma resposta)

1a. “Pensa bem sobre o teu último dia de aniversário e conta-me tudo o que aconteceu nesse dia desde que te levantas-te de manhã até (parte do evento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo esta secção)

1b. “E depois o que é que aconteceu?”

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário durante esta secção)

1c. “Conta-me tudo o que aconteceu depois (parte do evento mencionado pela criança) até tu ires para a cama nessa noite”

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo esta secção)

1d. “Conta-me mais sobre (atividade mencionada pela criança)”

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo esta secção)

1e. “Há pouco contaste que (atividade mencionada pela criança). Conta-me tudo sobre isso”

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo desta secção)

(Se a criança realizar uma descrição pobre do acontecimento, continue com as questões 2-2e.)

(Nota: se a criança realizar uma descrição detalhada do acontecimento, diga:

“É muito importante que tu me contes tudo o que te lembres sobre as coisas que aconteceram contigo. Podes falar-me de coisas boas e coisas más”

Ontem

2. “Eu quero mesmo saber sobre coisas que acontecem contigo. Conta-me tudo o que aconteceu ontem, desde que tu acordaste até ires para a cama”

(Espere por uma resposta)

2a. “Não queria que deixasses nada por contar. Conta-me tudo o que aconteceu desde que acordaste até (alguma atividade ou parte do acontecimento mencionado pela criança na resposta à questão anterior)”

(Espere por uma resposta)

2b. “E depois o que é que aconteceu?”

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo desta secção)

2c. “Conta-me tudo o que aconteceu depois (alguma atividade ou parte do evento mencionado pela criança) até tu ires para a cama”

(Espere por uma resposta)

2d. “Conta-me mais sobre (atividade mencionada pela criança)”

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo desta secção)

2e. “Há pouco contaste que (atividade mencionada pela criança). Conta-me tudo sobre isso.”

(Espere por uma resposta)

(Nota: use esta questão as vezes que for necessário ao longo desta secção)

Hoje

Se a criança não fizer uma descrição detalhada sobre ontem, repita as questões 2 a 2e sobre hoje, usando:

“Conta-me de tudo o que aconteceu hoje, desde que tu acordaste até chegares aqui”.

“É mesmo muito importante que tu me contes tudo o que realmente aconteceu contigo”

Anexo B

Exemplo de Transcrição de Entrevista Com Protocolo

E: Olá I, sabes como é que eu me chamo? C. Esta é a S. e a maior parte do nosso trabalho é falar com crianças sobre coisas que acontecem com elas. Mas antes de falar queríamos ter a certeza que sabes distinguir a verdade e a mentira e então, nesta conversa, nós só devemos dizer coisas que aconteceram mesmo, que são verdade. Por exemplo, se eu te disser que o casaco da Sílvia é verde, o que é que tu dizes? Que é verdade ou que é mentira?

I: Mentira.

C: Porquê?

I: Porque é preto.

C: Porque é preto. E se eu disser que estás de pé, o que é que tu dizes?

I: Falso.

C: É falso, porquê?

I: Porque eu estou sentada.

C: Muito bem. Olha I, agora que nós já sabemos que tu sabes distinguir, sabes bem o que é a verdade e a mentira, queríamos falar contigo sobre... para te conhecer melhor e sobre algumas coisas que tu fazes. Há algum tempo foi a tua festa de aniversário. Quando fizeste anos pela última vez?

I: 26 de Outubro.

E: 26 de Outubro? Já foi há algum tempo...

I: Sim.

E: Mas recordaste bem desse teu dia de aniversário?

I: Sim.

E: Olha Inês, conta-nos tudo sobre o teu aniversário.

I: Foi numa sexta-feira que eu acordei e a minha mãe deu-me os parabéns, depois deixou-me ir a uma sala pequenina que nós temos em baixo de nossa casa e estava lá uma prenda, para mim. E então eu abri-a e era uma coisa que eu queria muito, era um set de plasticina que fingia que era para fingir que se fazia churrasco. E então, a minha mãe deixou-me brincar um bocadinho com ele. Depois fui tomar o pequeno-almoço. Então, tomei o pequeno-almoço, fui-me arranjar e a minha mãe levou-me para a escola. Nesse dia, cheguei e os meus amigos deram-me os parabéns e um amigo meu tinha um caderninho que, por dentro, tinha uma esferográfica para se escrever nele. Depois, de tarde eu tinha trazido um bolo e cantamos os parabéns. Quando cheg...e depois os menin...e de tarde, foram os meus pais buscar-me. Fiquei um bocadinho em casa, arranjei-me e fui para casa da minha avó. Estava decorada com balões e grinaldas. A seguir chegaram os meus tios e a minha prima disse “Parabéns!” e o meu primo também. Depois fomos jantar e cantamos os parabéns. A seguir a cantarmos os parabéns, fomos..eu fui abrir as prendas e havia uma, havia uma prenda que era um lego para montar e depois fui montar e dava um quartel dos bombeiros. No sábado, quando acordei, fui montar o quartel dos bombeiros, um bocadinho.

E: E depois?

I: Depois a minha mãe chamou-me para ir, para ir tomar o pequeno-almoço e fui arranjar-me. Depois fo...eu fui brincar, fui brincar com o lego que estava a montar e fui almoçar e depois quando voltamos montei mais um bocadinho e fui para o computador. De tarde, quando a minha mãe estava e depois fui ver um bocadinho de televisão. Mais para o fim da tarde, a minha mãe chamou-me para ir, para ver se eu queria ajudá-la a fazer o jantar e eu disse que sim. Quando o jantar estava pronto, fomos para a sala e a minha mãe trouxe a comida e depois fui dormir e domingo acordei, fui brincar, ... fui brincar, depois a minha mãe não quis que eu tomasse o pequeno-almoço já porque ainda tinha de ir tomar banho. Fui tomar banho, arranjei-me e depois é que fui brincar. Passado um bocadinho, a minha mãe disse-me que íamos almoçar mas não era em casa, era noutra sítio. E então, eu fui com ela. Almoçamos e eu perguntei se podíamos ir para casa porque eu estava muito cansada. E ela

disse que sim. Descansei um bocadinho de tarde e depo...como tinha descansado de tarde, à noite não consegui dormir.

E: Olha Inês e tu disseste à pouco que tinhas feito anos...o teu aniversário foi num sábado, não foi?

I: Numa sexta.

E: Ai numa sexta e depois estiveste a contar o fim-de-semana todo, foi?

I: Sim.

E: Ok. Muito obrigada I. por nos dares tanta informação.

Anexo C

Exemplo de Transcrição de Entrevista Sem Protocolo

E: Olá J, queria falar um bocadinho contigo sobre a tua última festa de aniversário...sabes quando foi?

J: Sei

E: Então quando foi? Foi este ano?

J: Não foi quando eu fiz 8 anos.

E: Então e fizeste uma festa?

J: Sim.

E: E lembras-te da festa?

J: Mais ou menos.

E: Então quem é que foi à tua festa?

J: Não me lembro bem....

E: Foram os teus amigos?

J: Sim

E: E a tua família?

J: Sim.

E: E quem é que estava mais?

J: Não estava mais ninguém.

E: E lembras-te de mais alguma coisa?

J: Não me lembro bem...já foi há muito tempo.

E: Quando foi?

J: Foi em Novembro.

E: E tinhas um bolo?

J: Tinha, claro...era de chocolate.

E: E mais alguma coisa?

J: Não me lembro de mais nada.

E: Ok, obrigada.